



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

FRANCISCO ÁLISSON DE OLIVEIRA

**PATRIMÔNIO MATERIAL DE CAJAZEIRAS – PB:
DISCURSOS ALÉM DO CONCRETO E CIMENTO**

CAJAZEIRAS – PB

2015

FRANCISCO ÁLISSON DE OLIVEIRA

**PATRIMÔNIO MATERIAL DE CAJAZEIRAS – PB:
DISCURSOS ALÉM DO CONCRETO E CIMENTO**

Monografia apresentada a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Graduação em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção de nota.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Rosilene Alves de Melo

CAJAZEIRAS – PB

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

O482p Oliveira, Francisco Álisson de
Patrimônio Material de Cajazeiras – PB: Discurso Além do
Concreto e Cimento. / Francisco Álisson de Oliveira. - Cajazeiras:
UFCG, 2015.b
103f.
Bibliografia.

Orientador (a): Prof^ª. Dr^ª. Rosilene Alves de Melo.
Monografia (Graduação) – UFCG.

1. História Paraíba - Cajazeiras. 2. Patrimônio Histórico e Identidade
- Cajazeiras - Paraíba. 3. Historiografia. 4. Discursos - Historiadores.
I. Melo, Rosilene Alves de. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU –94 (813.3)

FRANCISCO ÁLISSON DE OLIVEIRA

**PATRIMÔNIO MATERIAL DE CAJAZEIRAS – PB:
DISCURSOS ALÉM DO CONCRETO E CIMENTO**

Aprovado em 10 / 12 /2015

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Rosilene Alves de Melo
Prof.^a Dra. Rosilene Alves de Melo – UACS – CFP – UFCG

Membros: Ana Rita Uhle
Prof.^a Dra. Ana Rita Uhle – UACS – CFP – UFCG
(Examinadora)

Francisco Firmino Sales Neto
Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto – UACS – CFP – UFCG
(Examinador)

Suplente: _____
Prof. Ms. Isamarç Gonçalves Lôbo – UACS – CFP – UFCG
(Suplente I)

**CAJAZEIRAS - PB
2015**

Aos meus parentes, amigos e professores que depositaram sua confiança e apoio, além de contribuírem direto e indiretamente para a conquista do meu objetivo, acreditando na importância deste trabalho, o que me motivou a continuar empenhado na sua conclusão e que me conduziu na conquista da minha Licenciatura Plena em História.

Dedico

Agradecimentos

Agradeço a **Deus**, Grande Criador da vida, em sua infinita sabedoria, por ter me creditado forças no empenho da minha graduação.

Agradeço a minha **família**, em nome do meu pai **Francisco Manoel de Oliveira (Seu Zuca)**, minha mãe **Francisca das Chagas Oliveira (Dona Chaguinha)**, meus **onze irmãos** e **demais parentes** por fazerem parte de minha vida.

Agradeço a **Prof.^a Dra. Viviane Gomes de Ceballos**, pela nossa amizade e pelo seu papel fundamental de orientação que contribuiu imensamente para o sucesso deste trabalho.

Agradeço a **Prof.^a Dra. Rosilene Alves de Melo**, pelos laços de amizade e por dar continuidade aos trabalhos de orientação, um auxílio fundamental para a finalização do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Agradeço aos **membros da Banca Examinadora**, em nome dos docentes: **Dra. Rosilene Alves de Melo, Dra. Ana Rita Uhle, Dr. Francisco Firmino Sales Neto e Ms. Isamarc Gonçalves Lôbo**, pela importante contribuição na defesa do meu TCC.

Agradeço a todos os **professores e funcionários** da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que de forma direta ou indireta me auxiliaram nessa caminhada acadêmica.

Agradeço em especial a **Suiane Gonçalves Xavier**, que sempre acreditou no meu esforço, além de me proporcionar alegrias em várias circunstâncias da vida.

Agradeço a todos os **meus amigos**, que participam do meu cotidiano e que me dedicam parte do seu tempo em diferentes momentos da vida.

Agradeço aos meus **colegas e amigos do Curso de História**, por buscarmos aprimorar nossos conhecimentos e lutarmos contra as adversidades constantemente.

Agradeço aos meus **animais de estimação: Nana e Naninha**, por me proporcionarem inúmeros momentos de alegria.

Agradeço a todos **outros animais que considero de estimação**, aqueles que vivem nas ruas, mas que trato com muito amor e carinho.

Resumo

A história do município de Cajazeiras, no sertão da Paraíba, segue um ritual quanto a sua origem, identidade, memória e história. Um ritual construído pelas elites do lugar, que enaltece principalmente os feitos educacionais, católicos e comerciais. Essas temáticas podem ser percebidas nos discursos reproduzidos pela historiografia local, bem como no processo que deu início a delimitação do centro histórico cajazeirense. Este estudo objetiva apresentar esses discursos, analisar suas origens e observar até onde essa influência atinge as escolhas das construções antigas consideradas patrimônio histórico material e quais mecanismos de proteção existentes asseguram, de certo modo, a preservação desses imóveis tombados. Abordaremos também sobre a importância do Patrimônio Histórico e dos cuidados com a manutenção desses objetos tidos como históricos. Será observado, ainda, que a visão do acervo histórico delimitado no centro da cidade de Cajazeiras se caracteriza, principalmente, pela ausência de edificações simples, pela não verificação de outras identidades sociais além da elitista na construção da historiografia local e na “exclusão” da zona rural cajazeirense como parte dessa história, que a faz transparecer como um espaço “sem memória”, “lugar esquecido” pelo tempo ou que “não agrega valores” patrimoniais materiais.

Palavras chaves: discurso, memória, história, patrimônio histórico e identidade.

Abstract

The history of Cajazeiras, backlands city at Paraíba state, obey a ritual regarding its origin, identity, memoir and history. This ritual has been built by the local elites that highlights the activities related to education, catholic religion and business. The local historiography replicates in their speeches these themes, as much as in the definition of the historical center of the city. The aim of this research is to introduce these discourses as analyse its origins. How much those speeches affects which buildings are considered as patrimonial heritage, and which are the strategies to preserve these heritage buildings. The importance of the patrimonial heritage and its well-preservation is another purpose. In Cajazeiras, the image of the patrimonial heritage is characterized by the social identity of the elites. This perspective also excludes the rural area as part of the history of the city, as if it was a place with “no memory”, “forgotten” and that can’t bring value such as material heritage.

Keywords: speech, memoir, history, historical patrimony and identity.

“É possível construir o futuro sem destruir o passado”.

Marilda Sobreira Rolim

Índice de ilustrações

Imagem 01 – Demolições na Rua Padre José Tomaz	12
Imagem 02 – Algumas edificações no centro de Cajazeiras (PB)	13
Imagem 03 – Busto do Padre Inácio de Souza Rolim	21
Imagem 04 – Edifício onde funciona a Boutique Danielly Fashion	29
Imagem 05 – Placa de inauguração do Mercado Público de Cajazeiras	31
Imagem 06 – Inauguração de uma das primeiras casas de força de Cajazeiras	31
Imagem 07 – Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima e coreto	33
Imagem 08 – Panfleto de evento na “Praça da Matriz”	34
Imagem 09 – Parede removida na Rua Padre José Tomaz	51
Imagem 10 – Ex-prefeito Antônio Quirino de Moura	52
Imagem 11 – Antigo Hotel Oriente antes da última reforma	53
Imagem 12 – Antigo Hotel Oriente depois da reforma	54
Imagem 13 – Galeria Dr. Juca Peba	54
Imagem 14 – Casarão Boa Vista	55
Imagem 15 – Edifício O.K.	57
Imagem 16 – Edifício O.K. abandonado	57
Imagem 17 – Edifício O.K. em 2015	58
Imagem 18 – Antigo Casarão visto por trás	59
Imagem 19 – Fachada do Antigo Casarão	59
Imagem 20 – Fachada do Antigo Casarão	61
Imagem 21 – Capa do livro “Cajazeiras, uma aldeia poética”	63
Imagem 22 – Casa grande da antiga Fazenda Jacu	68
Imagem 23 – Praça Coração de Jesus reformada	80
Imagem 24 – Praça Coração de Jesus reformada	81
Imagem 25 – Praça Coração de Jesus durante reforma	81
Imagem 26 – Imóvel ao lado do antigo Hotel Oriente	83
Imagem 27 – Farmácia Coração de Jesus	87
Imagem 28 - Decreto n. 25.140	97
Mapa 01 – Esquema das linhas férreas da Rede de Viação Cearense	25
Mapa 02 – Linha férrea interligando Paraíba/Paraíba	26
Mapa 03 – Linha férrea interligando Paraíba/Ceará	26
Mapa 04 – Vista aérea da Praça Nossa Senhora de Fátima	32
Mapa 05 – Planta baixa do Centro Histórico de Cajazeiras	46
Mapa 06 – Vista aérea do Centro Histórico de Cajazeiras	46

Sumário

Introdução	12
CAPÍTULO I – Perfil historiográfico de Cajazeiras – PB	18
O discurso histórico local	18
O cenário patrimonial local.....	36
CAPÍTULO II – memórias e histórias	48
As memórias materializadas nas edificações e a redefinição do Marco Zero do município	48
CAPÍTULO III – Mecanismos de proteção patrimonial	66
O discurso preservacionista cajazeirense.....	66
Palavras finais	86
Referências Bibliográficas	90
Anexos	93

Introdução

Em meados da década de 70 do século XX, a população de Cajazeiras (PB), cidade localizada no Alto Sertão da Paraíba, assiste a um acontecimento histórico no município: a derrubada e o recuo de várias casas para alargamento de parte da Rua Padre José Tomaz, no centro cajazeirense (**imagem 01**). Um episódio que certamente dividiu opiniões – pessoas favoráveis e contrárias a esse ato. A execução dessa obra partiu da necessidade de alterar o cenário central visando o movimento automobilístico que começava a se acentuar, já que as ruas estreitas prejudicavam a fluidez do trânsito de pessoas e principalmente de mercadorias. É no centro de Cajazeiras que se localiza o coração financeiro da cidade, por acolher a maior parte das casas comerciais e redes bancárias do município.



**Imagem 1 – momento da derrubada da fachada de um dos casarões da Rua Padre José Tomaz.
Acervo: Revista Oba!**

Este acontecimento certamente marcou a memória coletiva, pois existe uma relação de afetividade com o espaço que não podemos esquecer. Portanto, é preciso fazer uma análise reflexiva do que é considerado patrimônio edificado da cidade de

Cajazeiras, como se deu o processo de tombamento do seu “centro histórico”, quais construções foram escolhidas para fazer parte desse acervo e quais personagens participaram dessa escolha. Além disto, é necessário analisar os discursos produzidos acerca da formação histórica do município e os mecanismos de proteção patrimonial vigentes. O historiador cajazeirense Deusdedith Leitão, por exemplo, em seu livro intitulado “Inventário do tempo – memórias” (2000), descreve o seguinte acerca da chegada de um novo habitante a cidade de Cajazeiras:

O coronel Juvêncio¹, como era conhecido em minha cidade, era natural de Riacho dos Cavalos. Chegou a Cajazeiras muito moço atraído pelas condições que o comércio local oferecia quando a cidade começava a despontar como um dos centros mais promissores do sertão paraibano (LEITÃO, 2000, p. 15).

O discurso do autor evidencia a importância do comércio cajazeirense no processo de desenvolvimento local, algo que é bastante enaltecido na cidade como forma de explicar os avanços econômicos e a consequente entrada de riquezas nessa região. Ao longo deste trabalho vamos nos deparar com vários enunciados como esse, além de outros temas, que constroem de forma tradicional a história de Cajazeiras.



Imagem 2 – acima temos uma casa pertencente ao senhor Solidônio Pereira Palitot (letra A); a antiga residência do Prof. Crispim Coelho (letra B); a lanchonete Doce Encontro (letra C) e o prédio da Prefeitura Municipal de Cajazeiras (letra D). Acervo: Francisco Álisson de Oliveira. (07/08/2010).

¹ O coronel Juvêncio Carneiro foi prefeito de Cajazeiras no início do século XX (LEITÃO, 2000, p.15).

A fotografia anterior (**imagem 2**) sugere algumas reflexões: se pudéssemos decidir, qual dessas edificações escolheríamos para ser tombada pelo Patrimônio Histórico? Qual delas representaria melhor uma memória para a historiografia local? Se você fez sua escolha, agora tente imaginar o motivo que o levou a decidir sobre uma edificação, e não outra, como acervo patrimonial da história local.

Falar de patrimônio material, principalmente aquele que constitui produções arquitetônicas de outras gerações, não é uma das tarefas mais fáceis. Esse assunto que divide opiniões e causa polêmicas se torna mais complicado quando afunilamos para o patrimônio local. De um lado temos um discurso “progressista”, que enxerga no tombamento de imóveis algo que ocasiona o engessamento econômico local, já que, na visão destes, isso impede a reforma e construção de novas casas comerciais, acompanhando as tendências arquitetônicas de cada época. Do outro temos os “conservadores”, que não aceitam, por exemplo, a descaracterização de alguns imóveis que pertenceram as “famílias tradicionais”, por compreenderem que eles são importantes como legado da “sociedade”, contribuindo para embelezar e valorizar a história e memória de tempos outros.

Em outra citação, Deusdedith Leitão (2000), através de algumas de suas recordações, nos leva a conhecer um pouco da antiga rotina dos habitantes da cidade de Cajazeiras e alguns aspectos arquitetônicos que figuravam no cenário local.

Pouco depois estávamos morando à rua Vidal de Negreiros, num trecho que relembra muito pouco a paisagem antiga pelas transformações porque passou com o desenvolvimento urbano da cidade. Mas ainda posso reconstituir um pouco daquele trecho tal como o conheci naqueles distantes dias da minha infância. Em frente a casa que habitávamos, no lado oposto da rua, havia um casarão antigo com sua feição rural caracterizada pelo alpendre que ensombrava a sua fachada. Lá morava a família do senhor Antão de Carvalho, pai de Antônio de Carvalho que foi uma influente figura na sociedade e nas chamadas classes conservadoras da minha cidade, tendo despontado, depois, como um dos mais ativos comerciantes do Recife. Mais à frente estava a bolandeira do coronel Peba, exatamente no local onde foi construído o prédio da agência local do Banco do Brasil. Já no final, ou começo daquela artéria, aparecia a casa dos Macambiras, com numerosas janelas, um tanto imponente em sua fachada que ainda se conserva com as mesmas características da época, apesar das ligeiras alterações impostas pelo progresso que se espalhou por aquele recanto da minha cidade (LEITÃO, 2000, pp. 37-38).

A partir destas palavras, podemos perceber que o autor descreve e detalha as estruturas arquitetônicas e os moradores que o avizinhavam de uma maneira tradicional, ou seja, exaltando apenas aquelas pessoas consideradas de maior destaque e as construções que atraem um olhar diferenciado. Talvez resida aí a lógica que preside o modelo de escolha do que se tornou peça de proteção patrimonial no que corresponde as edificações da cidade. A partir daí, podemos ter uma ideia de como foi traçado o perfil do centro histórico local e suas delimitações. As palavras do historiador Desdedith possibilitam ainda entender o porquê a historiografia local escreve a aventura cronológica cajazeirense exaltando apenas os vultos mais veneráveis construídos a partir de fontes e discursos tradicionais.

Neste sentido, este Trabalho de Conclusão de Curso pretende discutir as seguintes questões: qual a relação entre identidade e patrimônio material? Quais edificações são valorizadas em Cajazeiras? A população tem ciência de como nasceu seu município? Sabem quais fatores internos e externos contribuíram para que a cidade ganhasse notoriedade e se desenvolvesse mais rapidamente do que outros núcleos populacionais? Qual a cultura histórica que identifica o surgimento dessa edificação, a popular ou a elitista? Quanto ao acervo patrimonial material do município, ele foi uma aclamação unânime entre a população ou foi uma escolha da elite local?

Iniciar uma jornada em busca de um aporte identificador não é algo simples. Se formos levar ao pé da letra o pouco (ou muito) do que se sabe sobre a origem do município de Cajazeiras e se contentar apenas pelos que dizem que ele surgiu a partir de um núcleo educacional fundado por um eclesiástico e que o comércio local providenciou outra parte do desenvolvimento, atuando fortemente na economia local, produzindo progresso com a modernização do centro da cidade, proporcionado pelo ciclo do algodão, da chegada do trem, do cinema, dentre outros, corremos o risco de restringir a história local apenas a esses fatores, o que leva a crer que somente a população elitista do lugar participou da fundação e da consolidação do município cajazeirense.

Cada problemática evidenciada neste trabalho foi pensada com o objetivo de constituir um instrumento que possibilite ao público-alvo observar outros conceitos, identificar novos valores relacionados direta e indiretamente ao patrimônio material aqui apresentado e aos saberes históricos, entre as articulações destinadas pelo discurso

elitista, baluarte da construção da memória local, e a experiência pessoal de cada geração que se alternam ao longo tempo.

No capítulo inicial desse trabalho, serão levantados os discursos tradicionais elitistas que buscam para si a salvaguarda da história municipal. Abordaremos esses discursos e como eles acabam recaindo no cenário cajazeirense, fazendo deles a historiografia oficial do município através de obras de autores como os historiadores Deusdedith Leitão, Osmar Luiz da Silva Filho, Sebastião Moreira Duarte, dentre outros, além da utilização de fotografias e imagens ilustrativas, de mapas ferroviários e de documentos oficiais de delimitação do centro histórico local, e outros artigos publicados. Também serão trabalhadas as questões do patrimônio histórico material local e os órgãos nacional e estadual que têm as funções de regular, proteger, tomba, registrar e fazer valer as leis que envolvem todos os tipos de acervos culturais da população de um modo geral e os desafios enfrentados por essas instituições.

Já no capítulo seguinte evidenciaremos algumas características do perfil histórico do município utilizando para essas abordagens alguns dos edifícios tombados pelo Patrimônio Histórico local, através do uso de fotografias e imagens em caráter ilustrativo, bem como focar alguns aspectos saudosistas e as memórias presentes nessas obras arquitetônicas e analisar os documentos e fontes cedidas pelos órgãos que protegem os tipos de patrimônios históricos e culturais locais na construção de uma narrativa que permeiam esses aspectos historiográficos. Autores como o filósofo Marshall Berman, a historiadora Eliana de Souza Rolim e o historiador Jacques Le Goff, além de outros, serão acionados para debatermos e melhor compreendermos os eventos e as fontes que cercam as concepções de problemáticas envoltas entre o antigo/moderno e as memórias locais, além da busca pela criação de mecanismos educacionais para proteção desses bens de valor material. Analisaremos também um acontecimento que mexeu com a historiografia local: o episódio da destruição da primeira construção do município que se transformou em um clube de lazer da elite local em meados do século XX, um episódio que causou a redefinição do marco zero da cidade de Cajazeiras.

O terceiro e último capítulo nos levará ao encontro de mecanismos relacionados a educação patrimonial e outras formas de preservação dos acervos históricos materiais de uma determinada sociedade, neste caso em específico, o acervo cajazeirense. Essa

parte será norteada pela necessidade de criar um expoente em como vem sendo dada a devida proteção ao conjunto arquitetônico tombado, as memórias contidas e a conservação do patrimônio histórico em sua forma material, correspondente ao acervo edificado no centro da cidade e adjacências que permanecem erguidos, interligando presente e passado do município de Cajazeiras na Paraíba, promovendo o engajamento de novas posturas administrativas e educacionais para o processo de resguardo desses acervos históricos. Para isso, buscaremos trabalhar com outras perspectivas elencadas a partir de fontes históricas e historiográficas de autores que auxiliarão na construção de problemáticas que contribuam na identificação e na importância de manter de pé o acervo histórico arquitetônico, para elaboração de um acompanhamento onde os agentes sociais reconheçam afinidades históricas e de memórias através das identidades contidas no patrimônio histórico local, e que não se configure apenas como um “cemitério de edificações antigas”, mas que seja utilizado da melhor maneira possível na produção de conhecimentos, materiais didáticos e históricos para a comunidade.

CAPÍTULO I – Perfil historiográfico de Cajazeiras – PB

O discurso histórico local

Muitos discursos, ao longo do tempo, sejam eles políticos, econômicos, históricos etc., são introduzidos em um determinado meio social de forma tradicional, de maneira que exalte e blinde a cultura e os grandes feitos da elite local, exibindo-os como indivíduos sem falhas, sem erros ou maus feitos, enfim, os reais benfeitores do lugar.

Com a nova postura histórica adotada pela *Escola dos Annales*², desde os idos de 1929, contra a temática tradicional da *Escola Metódica* dita *positivista*³, um leque de possibilidades quanto ao uso de novos documentos e fontes históricas, bem como a utilização de análises obtidas pelas visões de outros grupos sociais, foi possível começar a rever esse patamar de exclusividade das elites ou de uma “história produzida pelo sujeito consciente através do Estado-Nação” (REIS, 2000, p. 66). Embora de maneira tímida, esses novos discursos começam a ganhar força e foco entre os historiadores atuais. Todavia, na inquietude de se trabalhar memórias e identidades de uma população, muitos acabam, ainda, por cair na armadilha da historiografia tradicional. Talvez por acharem que esse mecanismo seja o mais aceito entre o público leitor, ou por acreditarem que é mais fácil escrever uma historiografia de forma linear e cronológica do que abordar diferentes temas sob outras perspectivas.

Em outra análise histórico-reflexiva a partir da obra “A ordem do discurso” (1971), Michel Foucault nos ajuda a pensar no exercício do discurso, apontando a dúvida entre o “medo” de como iniciar a trajetória histórico-informativa de uma determinada trajetória histórico-cultural e o “alívio” proporcionado pelas propostas historiográficas das instituições.

Há em muitos, julgo, um desejo semelhante de não ter de começar, um desejo semelhante de se encontrar, de imediato, do outro lado do discurso, sem ter

² Ver em: REIS, José Carlos. **O surgimento da “Escola dos Annales” e o seu “programa”**. In.: *Escola dos Annales – a inovação em história*. – São Paulo: Paz e Terra, 2000. Pp. 65-90.

³ Ver em: REIS, José Carlos. **A escola metódica, dita “Positivista”**. In.: *A História entre a filosofia e a ciência*. 3ª Ed. Belo Horizonte: Atlântica, 2004. Pp. 15-32.

de ver do lado de quem está de fora aquilo que ele pode ter de singular, de temível, de maléfico mesmo. A este querer tão comum a instituição responde de maneira irônica, porque faz com que os começos sejam solenes, porque os acolhe num rodeio de atenção e silêncio, e lhes impõe, para que se vejam à distância, formas ritualizadas (FOUCAULT, 1971, p. 01).

A partir das palavras de Foucault podemos dizer que os discursos historiográficos que permeiam nossa sociedade são aqueles lapidados pela elite local, que buscam dar significados e identidades a partir de suas particularidades e visões de mundo, excluindo-se parcial ou totalmente quaisquer outros grupos desse arcabouço. Seria o “alívio institucional” promovido por essa classe, que busca deter para si o monopólio histórico sobre as memórias que repousam em determinado lugar e/ou sociedade. Podemos também identificar que, em se tratando de escolher um conjunto patrimonial material de um referido lugar, é automaticamente acionado o conjunto de interesses políticos e/ou das camadas mais poderosas de uma sociedade.

O município de Cajazeiras (PB), nosso ponto de partida dessa análise, – conforme consta na historiografia oficial – teve origem em um sítio de mesmo nome, escolhido em referência a presença abundante dessa árvore nas proximidades. Neste lugar foi construída a casa grande da fazenda, primeira construção do local, pertencente ao casal Ana Francisca de Albuquerque, a “Mãe Aninha” dos cajazeirenses, e Vital de Sousa Rolim, que receberam esse grande lote de terra do pai da noiva, Luís Gomes de Albuquerque, como dote pelo casamento. Dessa união nasceram dez filhos, dentre eles um de maior destaque, segundo o discurso histórico tradicional: Inácio de Sousa Rolim⁴, considerado o fundador de Cajazeiras.

No livro “Vida e Obra do Padre Rolim” (2000), o historiador Deusdedith Leitão, atesta que a antecipação da doação das terras ao jovem casal pode ter obedecido a um velho desejo da família, que era ter um parente nos quadros do sacerdócio católico.

[...] Figurou também como doador do patrimônio para a ordenação sacerdotal dos seus netos Inácio de Sousa Rolim e Serafim Gomes de Albuquerque, destinando-lhes as terras que iriam atender às exigências do direito canônico para aquela sagração que tanto rejubilava os seus sentimentos religiosos (LEITÃO, 2000, p. 17).

⁴ O Padre Inácio de Sousa Rolim (1800 - 1899) é reconhecido como o principal fundador de Cajazeiras. O discurso onde repousa essa afirmação é amplamente reproduzido pelos historiadores locais e por membros da sociedade cajazeirense. A ele foram erigidas diversas homenagens no município, como busto, nomenclatura de rua, dentre outras.

Foi o Padre Inácio de Sousa Rolim quem implantou um pequeno educandário⁵ por volta do ano de 1829 no sítio de seus pais, após retornar dos seus estudos eclesiásticos entre os anos de 1822 e 1825 em Olinda (PE), onde se ordenou sacerdote. Essa escola atraiu um grande número de pessoas de outros lugares. Muitos que aqui chegavam, acabavam fixando residência nas proximidades da fazenda dos pais do Padre Rolim. Pode-se dizer que esse aglomerado de pessoas foi o registro do primeiro núcleo populacional do lugar. É importante lembrar que nessa época os estabelecimentos de ensino eram, além de escassos, pagos, sendo somente encontrados nas cidades de maior porte ou grandes centros localizados no litoral brasileiro, e os mesmos ficavam muito afastados do interior.

Para Deusdedith Leitão (2000), esse pequeno educandário serviu posteriormente como base para a instalação do colégio de ensino de instrução secundária, no ano de 1843. Segundo o mesmo autor, foram as realizações educacionais do Padre Inácio de Sousa Rolim implantadas nessa localidade que o município teve seu primeiro ato de desenvolvimento, pois foi em volta deste colégio que a cidade tomou certo impulso em termos populacionais. A ausência de uma leitura mais crítica desse material ou o modo como ela nos chega aos dias atuais, fazem com que esse discurso seja difundido e reproduzido pela maioria dos cajazeirenses e cajazeirados⁶, livre de contestação. Um exemplo disso é o que nos revela o busto (**imagem 3**) localizado na Praça Ana Albuquerque, de frente ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes, centro da cidade, com os dizeres: “Homenagem da cidade de Cajazeiras ao seu fundador”. Essa frase simboliza o porquê do padre mestre ser reconhecido como o principal fundador de Cajazeiras.

⁵ O educandário aqui mencionado é a Escolinha da Serraria, que foi chamada assim por conta de ter sido instalada em um lugar do sítio que servia para cortar e serrar as madeiras utilizadas na construção das casas. Suas acomodações eram simples e, segundo consta, com o aumento da procura de vagas foi necessário ampliar o tamanho da escola, trasladando-a para um lugar feito de alvenaria, no centro do povoamento local, nas proximidades da capela de Nossa Senhora da Piedade (hoje Matriz de Nossa Senhora de Fátima), construída pelo Padre Rolim e Ana Francisca de Albuquerque, no ano de 1836. (LEITÃO, 2000, pp. 49-55).

⁶ Cajazeirado é um termo usado para identificar as pessoas que não nasceram no município de Cajazeiras (PB), mas por alguma razão migraram e se fixaram nesse lugar, e que, de certa forma, contribuíram para o engrandecimento da municipalidade local.

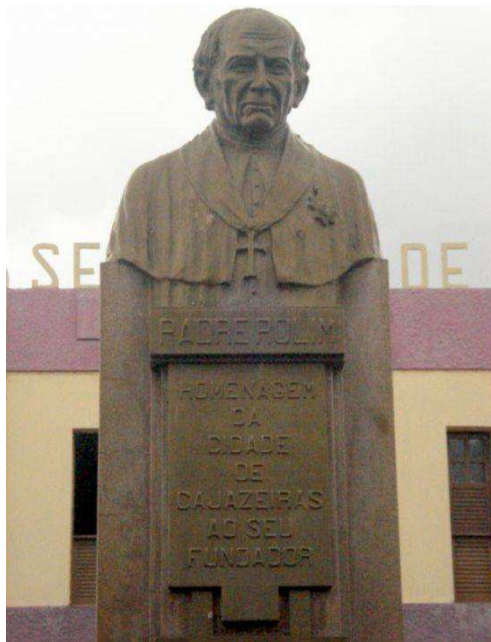


Imagem 3 – Busto em homenagem ao Padre Rolim. Acervo: Gisalimm. Disponível em: <<http://www.ferias.tur.br/fotogr/102644/bustodepadrerolimporgisalimm/cajazeiras/>> Acessado em: 12/06/2015

Outros estudiosos do assunto reforçam, através de suas palavras, que ao Padre Rolim se deve a honrosa benfeitoria que resultou no município, tudo isso graças a implantação da sua escola e posteriormente do seu colégio. Salienta-se que todos esses discursos obedecem a trajetória de sucesso de uma elite educacional e comercial presente na sociedade cajazeirense, pois não há relatos da presença de outras camadas sociais à frente desse empreitada, nem negando-a, nem consolidando-a. Sênio Silva, por exemplo, no mesmo livro de Deusdedith relata que,

[...] os dois nomes – Cajazeiras e Padre Rolim – se conjugam associados, [...], foi com a expansão do colégio aí fundado pelo Padre Mestre que a fazenda primitiva de seu pai em pouco mais de meio século ganhou autonomia municipal [...] (SILVA, *apud.* LEITÃO, 2000, p. 3).

Já Coriolano Medeiros atesta que “atraído pelos doutos ensinamentos de Padre Rolim, afluiu para ali, em poucos anos, uma população considerável que formou essa cidade, única na Paraíba, cujas bases se formaram num estabelecimento de ensino [...]” (MEDEIROS, *apud.* PIRES, 1991, p 86). Novamente, Deusdedith Leitão (2000, p. 62) menciona que “o nome do Padre Rolim soa, entretanto, com a durabilidade e o poder da imensa e suave percussão do seu caso moral e intelectual”. Todos esses discursos reproduzem uma ideia de história vista pela tradição cajazeirense, já que, como foi dito,

é notória a ausência de outros grupos sociais compondo a historiografia local. Essa lógica também vai afetar a descrição que constitui a delimitação do centro histórico de Cajazeiras, assunto que será debatido mais adiante.

Se seguirmos fielmente essas conotações sem nos inquietarmos podemos assim descrever que, por um lado os pais de Inácio Rolim plantaram a semente do que viria ser a cidade de Cajazeiras quando ergueram a fazenda nesse terreno, do outro o padre mestre ajudou a fortalecer os alicerces da municipalidade, fazendo-a germinar, quando trouxe para cá suas convicções religiosas e educacionais ao edificar um pequeno núcleo escolar e difundir seus ideais de espalhar a “redenção sertaneja” através do letramento dos mais humildes. E isso nos basta para entendermos o desenvolvimento desse lugar, correto? Não necessariamente. A historiografia atual nos obriga a ir mais além, e buscar alternativas que não nos faça mergulhar na mera reprodução dos fatos ou manter a tradição oral e escrita de repetir o que já vem sendo evidenciado durante muito tempo. É preciso observar o desenrolar cronológico de outros cenários cajazeirenses ou aspectos desenvolvimentistas ocorridos nessa localidade.

Primeiramente, é importante ressaltar que a fundação de um eixo educacional pelo Padre Rolim, por si só, não explica o processo de expansão da população local e a consequente transformação do povoado em vila, alcançando sua emancipação política em pouco tempo. Não podemos também desmerecer ou diminuir historicamente que a implantação dessa escola soou importante e é tida como o primeiro passo no processo de engrandecimento do lugar. Verifiquemos, a seguir, outros acontecimentos que na reproduzem a rápida expansão de Cajazeiras como um município em acentuado crescimento no sertão paraibano, segundo o tradicionalismo local.

O comércio cajazeirense, por exemplo, de acordo com Deusdedith Leitão (2000), teve sua inauguração com a primeira feira livre no ano de 1858⁷ pelo Padre Rolim, juntamente com Vital Rolim⁸ e Sabino Coelho⁹, nas proximidades onde hoje está localizada a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima. Esse é outro fator utilizado

⁷ Ver LEITÃO. Ruas de Cajazeiras, 2005, p. 15.

⁸ O Vital Rolim aqui citado é o sobrinho do Padre Rolim, de acordo com o historiador Deusdedith Leitão, no livro “Ruas de Cajazeiras” (2005, p. 59).

⁹ O Tenente Sabino de Sousa Coelho nasceu em Jaguaribe, Ceará, em 1815. Do seu casamento com Maria Florência das Virgens, irmã do Padre Rolim, provém o ramo cajazeirense da família Coelho (LEITÃO, 2005, p. 22).

pela elite cajazeirense para demonstrar a contribuição que esse cenário econômico proporcional para a consolidação do núcleo habitacional e para o desenvolvimento local e, conseqüentemente, afirmar seu lugar no patamar mais alto da história do município.

O aprimoramento social e o desenvolvimento do comércio davam a Cajazeiras indiscutível hegemonia em toda região do sertão paraibano com sua feira semanal a reunir um surpreendente conglomerado humano no afã da comercialização de produtos regionais. As lojas regurgitavam de fregueses interessados nas novidades recém chegadas das praças do Recife e de Fortaleza (LEITÃO, 2000, p. 35).

Em outro discurso, o professor de História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Dr. Osmar Luiz da Silva Filho, assim se pronuncia:

A década de vinte em Cajazeiras, apontou modificações significativas na vida material e cultural da cidade. Desde sua criação, na segunda metade do século XIX, em torno de um colégio de instrução primária, fundada pelo Padre Inácio Rolim, e do crescimento de seu casario, propiciado pela instauração das primeiras feiras, o núcleo urbano de Cajazeiras obteve um ritmo de desenvolvimento considerável relacionando-se com áreas circunvizinhas como Souza, Pombal e algumas cidades do Ceará e do Rio Grande do Norte, estabelecendo os primeiros vínculos de comércio. (SILVA FILHO. 1999, p. 284).

Os trechos mencionados descrevem um discurso tradicional sobre a origem do comércio cajazeirense, desde sua fundação com a primeira feira em meados do século XIX, perpassando pelo lucro obtido com o cultivo e exportação do algodão até a chegada da estrada de ferro no início do século XX. Todos esses acontecimentos, segundo o tradicionalismo histórico, trouxeram prosperidade e crescimento para o lugar. Talvez desse modo, esse discurso ajude a elite comercial a se colocar na atualidade como grande responsável pelo contínuo do desenvolvimento de Cajazeiras.

Outro aspecto pouco evidenciado entre historiadores e memorialistas é sobre a localização geográfica do município, que estrategicamente engloba uma rota que liga três estados nordestinos como Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, além da própria Paraíba. Este fator, de localização geográfica privilegiada, também nos ajuda a entender o rápido desenvolvimento do município e o porquê de uma empresa ferroviária entender que era essencial implantar um trilho passando pelo município, interligando cidades sertanejas de pelo menos quatro estados nordestinos. Cajazeiras, no outro extremo do mapa paraibano, teria ganhado importante fator desenvolvimentista. Para o historiador Deusdedith Leitão o comércio e o ciclo do algodão foram essenciais à vinda

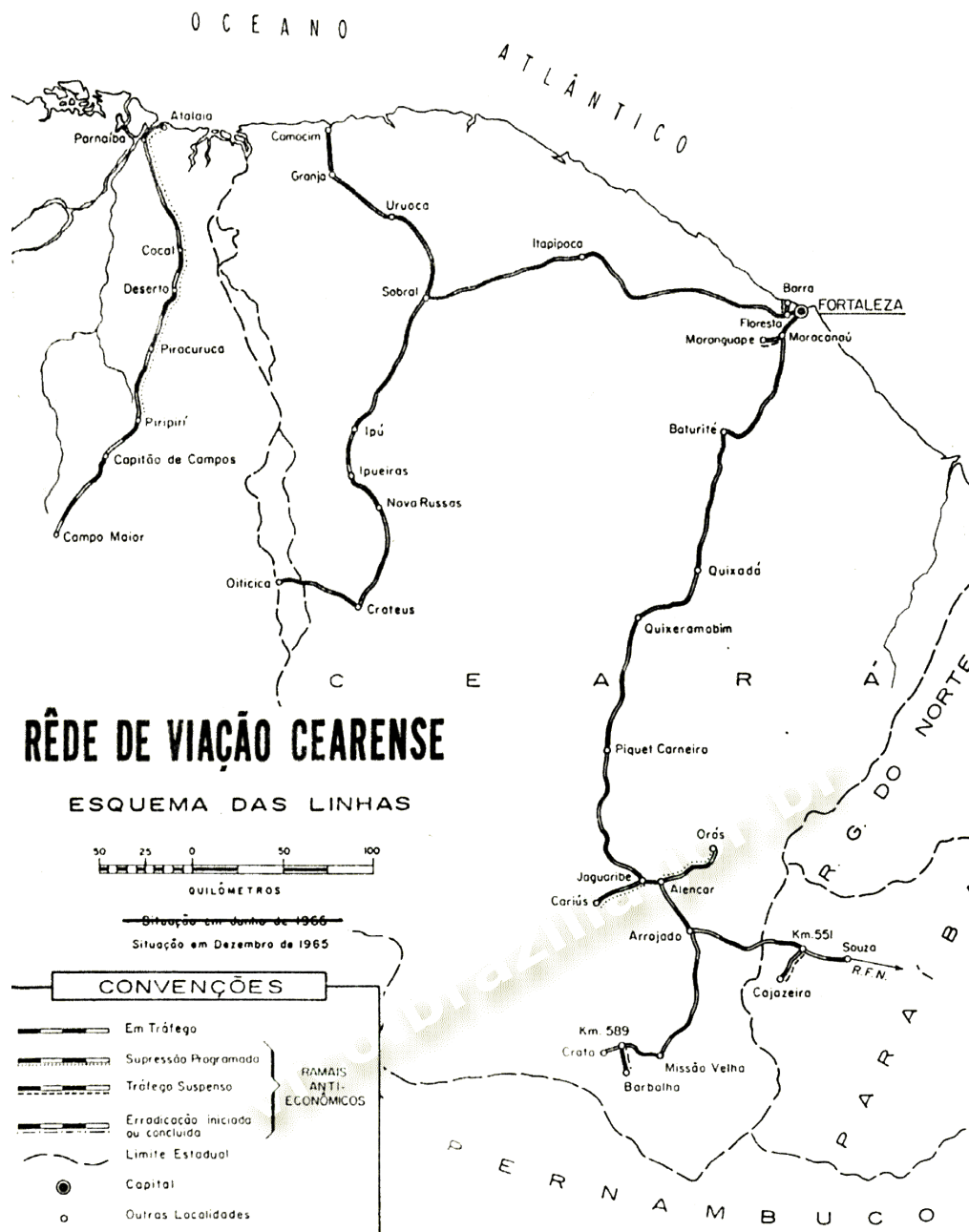
do trem para Cajazeiras e outras cidades sertanejas. A linha de ferro passava trazendo consigo um importante progresso econômico ao interligar de uma maneira mais dinâmica as regiões vizinhas, pois além de escoar o que era produzido, inúmeras pessoas eram transportadas cotidianamente para diversas cidades e outros centros urbanos como Fortaleza, capital do Ceará, e Recife, capital pernambucana.

A Rede Viação Cearense já estendera os seus trilhos à região do Rio do Peixe, beneficiando Cajazeiras, Sousa e São João do Rio do Peixe, que passaram a se sentir mais próximos de Fortaleza para os seus contatos a que chamávamos de *banhos de civilização* (LEITÃO, 2000, p. 35).

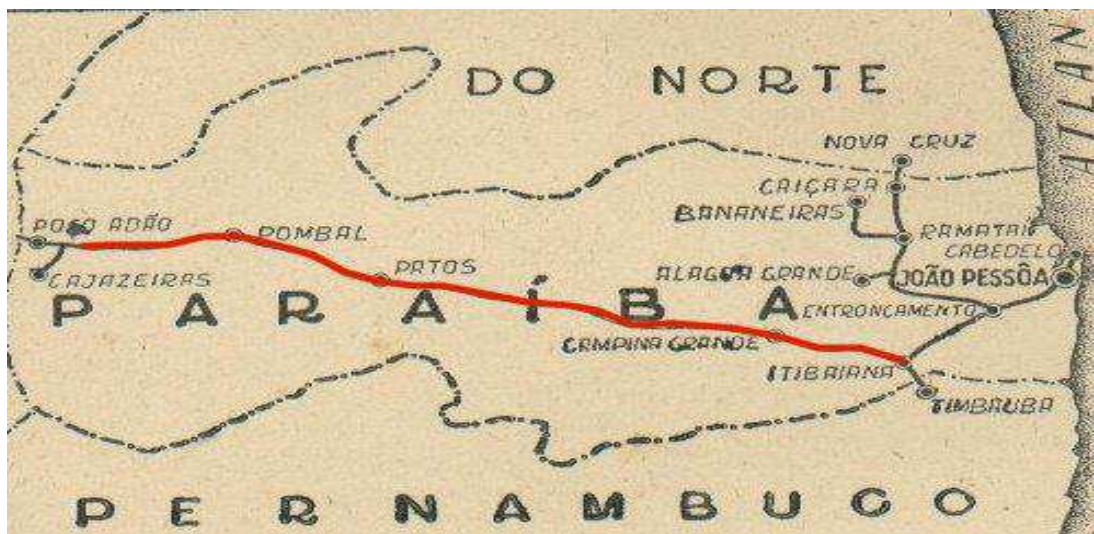
O trem permaneceu como meio de locomoção cajazeirense desde sua implantação na década de 1920, até a sua interrupção em meados da década de 1970. A partir de 1960 as linhas de trem foram dando espaço para outra malha viária: as rodovias federais. Cajazeiras, por exemplo, é cortada hoje pela BR-230¹⁰. Isso explica a decadência do trem no município e o fechamento de sua central de passageiros.

Outro fator que permanece inerte quanto a origem do desenvolvimento de Cajazeiras é sobre sua antiga ligação ferroviária com cidades do Ceará, principalmente até a capital Fortaleza, ambiente de negócios e atividades bancárias de muitos comerciantes sertanejos.

¹⁰ “A BR-230 é conhecida como a rodovia transversal, por unir o nordeste ao extremo noroeste do país, cruzando os estados: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazônia, responsável pelo trânsito de cargas e passageiros entre a Zona Franca de Manaus e o Nordeste”. Disponível em: <<http://portodecabedelo.com.br/paginas/exibir/id/16>> Acessado em: 04/11/2015.



Mapa 1 - Esquema de linhas da Rede Viação Cearense. Acervo:
<http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1965-Rede-de-Viacao-Cearense.shtml> Acessado em:
 04/11/2015.



Mapas 2 e 3 – Essas outras imagens mostram a linha férrea interligando alguns municípios da Paraíba, partindo do Porto de Cabedelo e da capital João Pessoa até o vizinho Estado do Ceará. Acervo: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/>> Acessado em: 12/04/2015.

Até aqui, observamos que a educação, o comércio local, a localização geográfica privilegiada e a chegada do trem ajudaram na prosperidade do município. Uma identidade histórica baseada no conceito elitista do lugar.

Outro aspecto que fala sobre o crescimento do município está centrado na escolha de Cajazeiras como sede da Diocese¹¹, entre os anos de 1914 e 1915, o que

¹¹ Conforme Deusdedith Leitão: [...] houve um outro fator de desenvolvimento no aprimoramento da sociedade local que resultou da instalação, em 1915, da Diocese e da consequente ação pastoral de D. Moisés Coelho que dera a Cajazeiras o primado cultural que tanto a projetou entre as demais cidades da região (2000, p. 35).

contribuiu para que a cidade fosse, aos poucos, conquistando o seu amplo reconhecimento na região do Rio do Peixe, ganhando novos significados e importância ante outras localidades no sertão paraibano. Não se pode negar que isso contribuiu para o desenvolvimento do lugar, porém esse discurso enaltece apenas os feitos da elite católica cajazeirense, em especial a ordem eclesiástica e as figuras canônicas que se sucederam. O povo comum, também frequentador das missas, teria apenas uma participação secundária neste processo.

O Rio do Peixe, importante bacia hídrica da região também não pode ficar descartada desse processo desenvolvimentista do sertão paraibano, já que a presença de uma bacia hidrográfica é essencial para o abastecimento dos cidadãos.

Diante desses registros, é possível entender que Cajazeiras se desenvolveu de uma forma mais ampla, se compararmos ela a outras cidades do interior da Paraíba, embasando suas raízes na educação, no comércio, ao abrigar uma sede de bispado e por sua boa localização no sertão paraibano. Essa visão no sentido tradicional das elites locais. Mas a história municipal não pode se resumir apenas a esses fatores, pois a sociedade num todo constrói as memórias e as identidades de suas edificações, e o trabalho dos diversos profissionais da História é buscar evidenciar esses eventos.

Assim como o município de Princesa (PB)¹², que apresentava ares de modernidade no começo do século XX, graças ao ciclo do ouro branco¹³, Cajazeiras também despontava com o seu progresso, ganhando sua iluminação pública com a inauguração de uma casa de força com um motor movido a querosene em 1925¹⁴, da instalação de três cinemas, com a construção do Edifício O.K.¹⁵, que fica localizado na Avenida Presidente João Pessoa, no centro cajazeirense, além da consagração através da implantação da linha férrea, encarregada de escoar a produção e de transportar os sertanejos para vários recantos da região.

¹² Ver: MARIANO, S.C.R. **Signos em confronto**: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos 20. Dissertação de Mestrado. UFPE, 1999.

¹³ Ouro branco, como era chamado o algodão, representou riqueza e prosperidade para vários municípios do Sertão Paraibano, principalmente nas primeiras décadas do século XX. Fonte: <<http://www.aulete.com.br/ouro-branco>> Acessado em: 12/04/2015.

¹⁴ Ver: Leitão em “Ruas de Cajazeiras”, página 17.

¹⁵ De acordo com Leitão (2005) “O edifício construído em estilo neo-cubista, foi um grande acontecimento para a vida da cidade, com a sua inauguração em 1936”.

Mesmo com um amplo desenvolvimento, a pavimentação ainda era uma realidade distante no município cajazeirense, com todas as ruas permanecendo ainda recobertas de terra batida. Um verdadeiro contraste com o desenvolvimento promissor que se acentuava.

Durante a quadra invernososa alguns problemas estruturantes e de saúde surgiam, pois com as chuvas as ruas ficavam enlameadas e a proliferação de doenças aumentava, já que a cidade não contava com um eficaz serviço médico nem um sistema de esgotamento sanitário. A água suja corria a céu aberto em boa parte dos logradouros. O abastecimento de água também era precário, pois não há registros de um serviço de tratamento e de abastecimento através de canalização por gravidade como a utilizada na maioria dos lares hoje em dia.

Cajazeiras, com o avançar do tempo, cresceu em razão do desenvolvimento proveniente do comércio que aos poucos se solidificava, principalmente pelo cultivo do algodão na região. As novas ruas centrais como a Padre Rolim, Padre Manoel Mariano, Avenida Presidente João Pessoa e suas adjacências, dentre outras e edificações tais como o Edifício O.K., o prédio onde funciona atualmente a Danielly Boutique, na Rua Padre José Tomaz, e muitos outros, iam tomando o contorno que lhes trouxe decorações modernas, representando o crescimento local com suas paredes grossas e resistentes e contando com detalhes sinuosos o sucesso da economia e da prosperidade local de outrora que se consolidava.

Não havia dívida ativa nem passiva nesse município. Eram mantidos os serviços de iluminação pública e limpeza da cidade. Notava-se grande desenvolvimento no comércio e na população do município e crescia animadoramente a agricultura. Estava em construção um prédio para a cadeia pública e o quartel da polícia. Cajazeiras adquiria feições, nomes, símbolos, desejos, trocas, olhos, continuidade, vida, imagem de uma cidade. (SILVA FILHO. 1999, p. 288).

A análise do historiador Osmar Luiz demonstra o quão promissor era o desenvolvimento da edilidade cajazeirense nas primeiras décadas do século XX. Fruto de vários mecanismos que, de certo modo, se associaram entre si e deram o ar identificador que o município tende a guardar até hoje, pelo menos na visão das elites educacionais, católicas e comerciais de Cajazeiras, que sempre buscam exaltar essas conquistas para continuarem se firmando no cenário do poder local.

O Edifício onde funciona a Boutique Danielly Fashion (**imagem 4**), por exemplo, é uma construção de estrutura arquitetônica que chama a atenção pela sua característica rústica em contraste com outros edifícios do centro da cidade. Ele foi construído durante o auge do ciclo do algodão no município. Sua localização fica entre as ruas Epifânio Sobreira e Padre José Tomaz. A edificação está dentro dos limites do centro histórico municipal e é tombada como patrimônio histórico local. Atualmente alguns aspectos originais do prédio desapareceram ou foram substituídos. A fachada já se encontra alterada, com vitrines e expositores no térreo e janelões de aço no primeiro andar, em lugar das antigas esquadrias de madeira maciça. Só as paredes mantêm um pouco de sua antiga estrutura.

De acordo com um artigo publicado em 05 de novembro de 2014, no Blog “Cajazeiras de Amor”, neste prédio funcionou por um longo período do século XX a Casa Ypiranga, importante revendedora de tecidos e artigos diversos. Ainda de acordo com o artigo a construção e os detalhes são atribuídos ao mestre de obras cajazeirense José João da Silva.



Imagem 4 – Um dos edifícios que chama a atenção no centro de Cajazeiras-PB, onde funciona a Boutique Danielly Fashion. Acervo: Francisco Álisson de Oliveira. 11/11/2010

No livro “Do Miolo do Sertão – a história de Chico Rolim contada a Sebastião Moreira Duarte” (1988) existe uma informação referente ao pavimento da primeira rua da cidade, pois o autor cita, nas palavras cedidas pelo próprio Chico Rolim que, “pequenina embora, a cidade podia se envaidecer de algumas belas ruas com paralelepípedo, entre elas o primeiro calçamento de granito entre todos os municípios do interior paraibano: a pequena Rua Tenente Sabino, obra de 1926” (p. 72).

A Rua Tenente Sabino, hoje chamada popularmente de “Calçadão” Tenente Sabino, é um artéria estreita localizada no centro da cidade. Este espaço representa um lugar de bastante movimento no dia a dia, tanto de consumidores, quanto de negociantes e mercadorias.

Além de Chico Rolim, o historiador Deusdedith Leitão (2005) também confirma que essa rua foi a que inaugurou o pavimento cajazeirense.

Localizada num dos trechos mais movimentados da cidade, [...] Começou a se desenvolver ao lado do Mercado Público, contando, na década de setenta do século XIX, com algumas casas comerciais que contribuíram para seu crescimento.

[...] Foi a primeira rua da cidade a receber calçamento em paralelepípedo, como realização do prefeito Hildebrando Leal. [...] É hoje uma artéria de moderna iluminação elétrica, transformada, em calçadão, pelo Prefeito Antônio Quirino de Moura (LEITÃO, 2005, p. 22).

Apenas ele cometeu um equívoco, quando fala que essa rua se desenvolveu ao lado do Mercado Público, pois a construção desse mercado consta de uma data bem diferente da mencionada por ele (**imagem 5**). Ele foi construído¹⁶ na gestão do prefeito Arsênio Rolim Araruna, entre 1950 e 1951, ou seja, cerca de 25 anos depois da citada pavimentação.

¹⁶ “Placa da inauguração do Mercado Público de Cajazeiras, inaugurado em 1951 pelo prefeito Arsênio Rolim Araruna e que esta precisando urgentemente de uma reforma para podermos preservar este importante equipamento, que faz parte do nosso patrimônio histórico” (prof. José Antonio de Albuquerque).



Imagem 5 – Placa com a identificação do gestor público que construiu o Mercado Público Municipal. Acervo: José Antônio de Albuquerque. Disponível em: <<http://ac2brasil.blogspot.com.br/2015/02/o-professor-tem-razao-alo-autoridades.html>> Acessado em: 13/06/2015.

Sobre o sistema de iluminação pública do município nas primeiras décadas do século XX, era proveniente de um grande motor movido inicialmente a carvão, sendo substituído posteriormente por um a querosene (**imagem 6**). As luzes eram acesas por um curto período noturno e esse intervalo servia, principalmente, como prolongamento das atividades comerciais no município. No final da atual Avenida Presidente João Pessoa, foi inaugurado a casa de força do município. Hoje essa construção não existe mais.



Imagem 6 – No fundo da imagem é possível ver a casa de força que providenciava luz para algumas ruas da cidade. Do lado direito pode-se observar o Edifício O.K. Acervo: Gazeta do Alto Piranhas. Disponível em: <<http://coisasdecajazeiras.com.br/?p=13535>> Acessado em: 02/01/2015.

O progresso seguia em Cajazeiras, ao ponto de na década de 1960, o município conquistar o seu sistema elétrico mais promissor, diretamente de uma hidrelétrica.

Concernente a isso, Chico Rolim menciona que:

[...] tive a felicidade de, a 14 de novembro de 1964, quando comemorávamos a Grande Semana do Centenário da cidade, acionar a chave que resolveria, uma vez por todas, o problema que a tanto tempo nos afligia (DUARTE, 1988, p. 182).

O problema referido por ele era a pouca expressão do sistema elétrico cajazeirense, que somente na década de 1960 passou a receber energia elétrica a partir dos fios provenientes da Hidrelétrica de Paulo Afonso, na Bahia. Era a ligação do sertão paraibano com a modernidade que a estação baiana proporcionava à grande parte do país.

Na Praça Nossa Senhora de Fátima, construída por volta de 1920, e no seu entorno é onde se encontra a maior concentração de casas com características antigas que restaram na cidade. Nesse núcleo central repousa boa parte do acervo tombado através da delimitação do Centro Histórico de Cajazeiras.



Mapa 4 – Vista aérea da localização da Praça Nossa Senhora de Fátima. O número 1 demarca a Igreja Matriz, o 2 a Praça Central onde fica o coreto e o 3 indica o local onde se encontra o Marco Zero do município de Cajazeiras. Acervo: Google Maps. Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php?citynum=2595> Acessado em: 03/01/2015.

A Praça da Matriz, como popularmente é chamada, também se constitui num importante setor da municipalidade cajazeirense, pois foi nesse lugar que, segundo Deusdedith Leitão (2005 p. 13), teve início a urbanização local. Lá também se encontra

duas construções históricas: a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima (**imagem 7**), antiga Igreja de Nossa Senhora da Piedade, primeiro templo religioso de Cajazeiras, e o coreto onde aconteciam apresentações culturais de bandas e fanfarras.

A presença dessa igreja, combinada com a localização geográfica do município, provavelmente ajudou na caminhada cajazeirense rumo a conquista da diocese e da sede de bispado no sertão da Paraíba.



Imagem 7 - Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima e coreto por volta de 1930. Acervo: Christiano Moura. Disponível em: <<http://coisasdecajazeiras.com.br/?p=4337>> Acessado em 12/11/2014.

A praça onde se localiza a matriz e o coreto são pontos de referência para as memórias de parte da população cajazeirense, pois serviram de palco para grandes realizações religiosas, registradas nas lembranças dos mais velhos e nas fotografias antigas. Esses elementos históricos, assim como vários outros, ainda são pouco explorados, por exemplo, nos ensinamentos direcionados a história local, figurando apenas como objetos de contemplação daqueles que passam por aquela localidade. Podemos nos referir que a antiga praça e o seu entorno representam o coração do patrimônio arquitetônico e histórico de Cajazeiras.

É importante destacar que as praças também representam importantes espaços de interatividade entre pessoas. Durante as celebrações eclesiais no município é que

essa interatividade é bem mais acentuada e a Igreja Nossa Senhora de Fátima e a praça em si, ainda hoje abrigam encontros religiosos e culturais do município.

Conforme Leitão (2005), a Praça da Matriz de Cajazeiras representa, também, um espaço de saudosismo e de identidade da sociedade local, pois

[...] da praça e da velha e mais que sesquicentenária matriz que, na simplicidade do seu estilo semi-colonial, relembra a cidade e seu passado, vivido ali, à sombra do templo, desde o modesto oratório do Padre Rolim à dignidade da Sé Episcopal de D. Moisés Coelho (LEITÃO, 2005, p.15).

A Praça Nossa Senhora de Fátima, mesmo nos dias atuais, não foge a regra, se transformando em palco de encontros da juventude e de saudosistas e de celebração de diversificados eventos religiosos e/ou culturais (**imagem 8**).



17 A 20
Praça Nossa Senhora de Fátima

17- Apresentações de Abertura
Bálé de Fátima Leite
Circo da Piolin
Dança de Rua da Paraíba
Show Adilson Medeiros e Banda
Feira de Arte e Literatura

18- CIA de Arte Gente Nova
Espetáculo Teatral A Várzea da Mula Manca (Piolin)
Show Anay Claro e Banda
Feira de Arte e Literatura

19- Grupos:
Tambores do Serão
Edilson Ferreira (Instrumental)
New Show Dance
Nova Face
Sambacana
Feira de Arte de Literatura

20- Grupos:
Mc's
Orquestra de Violões da Secretaria de Cidadania e Ação Social
Franzarte - Arte Retirante (CCBN - Sousa-PB)
Capoeira Ginga Brasil
Feira de Arte e Litera

AGOSTO CULTURAL

AGENDA 2010

- SETEMBRO
DANÇA
CAJA
- OUTUBRO
BRINCANDO
COM NETE
- DEZEMBRO
27º FESTIVAL
DA CANÇÃO

PRATOTURA DE
CAJAZEIRAS SECULT

Imagem 8 – Panfleto sobre evento cultural no ano de 2010 na chamada “Praça da Matriz”. Acervo: Francisco Állison de Oliveira. 02/11/2010.

Hoje há pouca clareza e conhecimento do mínimo que restou das antigas edificações que outrora se destacaram no município durante determinado período histórico. Algumas dessas construções da cidade como casarios, bustos, memoriais de personagens de destaque etc., além de tantos outros objetos de valores históricos e que refletem a memória cajazeirense estão localizadas, em grande parte, no centro da cidade. Porém, a maioria delas ou já foram consumidas pelo tempo ou sofreram modificações que as descaracterizaram do seu aspecto original.

Um trabalho relevante sobre estes resquícios de obras que ainda teimam em resistir ao tempo e sua respectiva proteção servirá para que, futuramente, possamos ter algo do passado ainda erguido no município. Esse levantamento busca contribuir para que os habitantes da cidade passem a reconhecer nesses patrimônios signos da memória local. É estritamente relevante que parte dessas construções, que tenham uma relevância histórica e cultural para a população de um modo geral, sobreviva ao tempo e as ações do atual cenário da construção civil, independentemente se é um casarão de uma família mais afortunada da cidade ou de uma simples casa.

Na sequência abordaremos sobre os tipos de patrimônio histórico e outras políticas de preservação patrimonial e cultural, bem como o discurso que apresenta as construções históricas e preservadas do município de Cajazeiras.

O cenário patrimonial local

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), patrimônio histórico é um bem ou o conjunto de bens classificados em materiais, imateriais, naturais, móveis ou imóveis que apresentem importância e significado histórico, artístico, cultural, religioso, documental, estético etc., para diversificadas sociedades. Esses patrimônios produzidos por gerações antecessoras representam variadas fontes de pesquisa sobre a história local e/ou a cultura de um determinado povo. Ainda conforme o órgão existe também outro tipo de patrimônio, que são formados por crenças, obras de arte, tradições, conhecimentos populares, livros, conjunto de leis, estruturas arquitetônicas, tradições orais, expressões artísticas e corporais, dentre outras, dotados de significados que constituem e atuam como forma de identidade cultural. Esse tipo de patrimônio pode ser compartilhado entre as pessoas através da convivência do lar, nas relações com outras sociedades, na vida acadêmica e escolar.

O tombamento, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), que é um dos órgãos que regulam os diferentes tipos de patrimônio culturais no Estado da Paraíba, vem a ser,

[...] um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados (IPHAEP, informações sobre tombamento. **Anexo 01**).

Segundo a instituição paraibana, esse ato administrativo pode ser aplicado aos,

bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental, quais sejam: fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas etc. Somente é aplicado aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva (IPHAEP, informações sobre tombamento. **Anexo 01**).

Variados bens de uma determinada sociedade podem ser visualizados, por exemplo, em construções antigas que se encontram erguidas nos dias atuais, como monumentos, casarões, igrejas, fazendas, templos, ruas, avenidas, praças, bibliotecas, teatros, dentre outros. Esses espaços podem ser públicos ou privados, podendo fazer

parte do patrimônio material de um povo, que devem ser tombados para que os mecanismos de proteção atuem para sua preservação.

A preservação do patrimônio histórico e a manutenção de antigas construções devem ser de interesse coletivo e contribuir para enriquecer as tradições e a história de um grupo social. Deste modo, existem leis que possibilitam ao governo e a sociedade local zelarem e conservarem o acervo histórico, assumindo responsabilidades de preservá-los, o que impede que os bens de caráter histórico, cultural, ambiental, arquitetônico, entre outros, sejam destruídos de forma total, parcial ou sofram descaracterizações.

Também existem outras formas de preservar os acervos históricos, armazenando documentos ou objetos históricos em arquivos, museus ou memoriais. Esses locais que podem ser visitados por pesquisadores, memorialistas e pelo público em geral, contribuem para ampliar conhecimentos e esclarecer detalhes do passado de uma sociedade através do estudo desses vestígios, podendo funcionar também como mecanismo de educação patrimonial para futuras preservações.

Em termos nacionais, o órgão responsável pelo registro, tombamento, proteção e fiscalização dos diferentes tipos de patrimônio é o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No caso do Estado da Paraíba competem tanto ao IPHAEP as fiscalizações e medidas que busquem zelar e proteger o patrimônio histórico e artístico local, quanto ao IPHAN, que possui uma superintendência em cada estado. O primeiro atua em caráter estadual enquanto que o segundo articula e funciona em nível nacional. Ambos trabalham na preservação desses materiais históricos.

De acordo com o IPHAN, para os patrimônios considerados materiais, ou seja, os objetos palpáveis e concretos a preservação se dá mediante o tombamento. Já para os patrimônios considerados imateriais, ou seja, aqueles abstratos, que dependem de outros indivíduos ou objetos para se manifestarem e/ou existirem, há o ato administrativo do registro.

A preocupação em mapear, tombar e preservar o patrimônio histórico e cultural no Brasil começou a ganhar reforço a partir de 1922¹⁷, quando da realização da Semana de Arte Moderna em São Paulo, que buscava a construção de uma identidade

¹⁷ Ver Portal IPHAN. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10&sigla=Institucional&retorno=paginaAlpha>> Acessado em: 12/04/2015.

genuinamente brasileira, exaltando e reconhecendo propósitos históricos na mistura das raças (europeu, indígena e africano), numa tentativa de se “desligar” da influência europeia ainda existente e propagada pelo país. Trata-se de um evento que visava obter novos valores estéticos e culturais: uma espécie de “brasilidade”.

O IPHAN passa a existir oficialmente a partir de 1937 (Inicialmente como SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), através da Lei nº 378, assinada pelo presidente da República à época, Getúlio Dorneles Vargas, responsável por sua criação. Esse decreto obedecia a um trabalho solicitado pelo Ministro da Educação, Gustavo Capanema, entusiasta no assunto de proteção dos bens históricos e culturais do Brasil, que em 1936 encomendou ao Secretário de Cultura do Estado de São Paulo, Mário de Andrade, um anteprojeto de lei que assegurasse a manutenção das riquezas históricas do país. Desses entendimentos viria nascer a Missão de Pesquisas Folclóricas, entre 1938 e 1939, que teve como finalidade percorrer o Norte e o Nordeste brasileiro para descoberta e catalogação de um grande número de manifestações culturais populares¹⁸.

Esse trabalho foi demasiado importante e resultou em um belíssimo acervo¹⁹, com materiais riquíssimos sobre verdadeiras exposições culturais do povo brasileiro. Uma rica coletânea cultural com um pequeno documentário filmográfico e muitos registros fotográficos.

Adentrando o discurso do Patrimônio Histórico na cidade de Cajazeiras (PB), concernente ao seu conjunto patrimonial reconhecido e delimitado, se faz necessário perceber que com o crescimento e a expansão das cidades, ocorrem alterações nos cenários urbano-comercial e urbano-residencial. Esse tema é bastante complexo, mas acreditamos que é necessário otimizar os mecanismos e projetos já existentes através das leis de preservação patrimonial que, além de garantir a existência desse tipo de acervo histórico com todas as suas características, ainda auxilie o próprio desenvolvimento de forma sustentável de um município, pois para que se possa crescer regionalmente e potencialmente não é necessário ter que deformar, demolir ou

¹⁸ Algumas dessas informações podem ser obtidas através do site do Serviço Social do Comércio de São Paulo (SESC-SP) no endereço eletrônico <http://ww2.sescsp.org.br/sesc/hotsites/missao/apresenta_frameset.html> Acessado em: 12/04/2015.

¹⁹ Ver SESC-SP. Disponível em <<http://ww2.sescsp.org.br/sesc/hotsites/missao/>> Acessado em: 12/04/2015.

abandonar toda e qualquer obra arquitetônica clássica ou simples que não atenda aos padrões de modernidade que o capitalismo atual requer para o crescimento e desenvolvimento financeiro. Todavia é necessário ressaltar que não basta que uma construção seja antiga para ser preservada. Ela tem que ter um significado histórico para a sociedade de um modo geral. No caso de Cajazeiras, atualmente o cenário implica dizer que os acervos patrimoniais tombados e protegidos obedecem aos anseios da elite comercial local.

Na sessão intitulada “Perguntas Frequentes”, no site do IPHAN, encontramos algumas informações que ajudam a entender o procedimento para o registro, tombamento e proteção do patrimônio histórico e cultural.

Por exemplo, sobre o que pode ser tombado, o órgão explana que,

[...] podem ser tombados **bens móveis e imóveis**, de interesse cultural ou ambiental. O tombamento é aplicado aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva. A preservação desses bens, por meio do tombamento, significa o reconhecimento oficial do seu valor e do seu significado para a compreensão da história e da identidade de uma comunidade, de uma região, de um povo, de uma nação e, por vezes, da Humanidade (Patrimônio Mundial). (IPHAN, Perguntas Frequentes, 2015).

O tombamento é o único meio do patrimônio ser preservado e coexistir? Segundo o IPHAN,

o tombamento não é a única forma de preservação. A Constituição Federal estabelece que é função da União, dos estados e municípios, com o apoio das comunidades, preservar os bens culturais e naturais brasileiros. Além do tombamento, existem outras formas de preservação. O inventário é a primeira forma para o reconhecimento da importância dos bens culturais e ambientais, por meio do registro de suas características principais.

Os planos diretores também estabelecem formas de preservação do patrimônio pelos municípios, por intermédio do planejamento urbano. Os municípios devem promover o desenvolvimento das cidades sem a destruição do patrimônio. Podem, ainda, criar leis específicas que estabeleçam incentivos à preservação (IPHAN, Perguntas Frequentes, 2015).

Apesar desses mecanismos legais de proteção, ressaltamos que a preservação desses acervos patrimoniais e culturais precisa ser trabalhada de forma educativa, fazendo despertar entre a comunidade o sentimento de cuidar da história e da memória local obtida através das construções antigas, mas não de forma impositiva. Pode-se ainda realizar projetos com alguns incentivos fiscais, principalmente para induzir os

proprietários de imóveis tombados a manterem as estruturas originais da edificação. É preciso criar outros mecanismos que deem suporte para um diálogo entre o que deve permanecer íntegro e o que pode ser modificado, otimizando os espaços físicos citadinos, já que os bens tombados carecem de políticas públicas, de iniciativas do setor privado e de outros suportes para que tenham sustentabilidade, ganhando novos significados, mas sem perder a essência de outrora.

Trazer à tona esses levantamentos e elevar à condição de textos pedagógicos que possam fazer parte do material didático aplicado pelo ensino local é uma alternativa viável, principalmente se abordar temas pouco conhecidos entre a classe estudantil e demais pessoas da comunidade, como por exemplo, o que justifica o processo de tombamento e o que faz um patrimônio ser reconhecido como objeto histórico. Quanto mais esclarecida for uma sociedade sobre a importância do seu patrimônio histórico material, maiores as chances desse acervo sobreviver as ações do tempo e do interesse da especulação imobiliária vigente.

O empenho aqui não deve ser de “comprar uma briga” com as construções modernas, com seus proprietários ou com o desenvolvimento acelerado que as novas tecnologias proporcionam, nem tampouco erguer uma bandeira contra qualquer mecanismo de mudanças e alterações no cenário da cidade ou em outras adjacências. Trata-se de buscar alternativas para que o progresso e o patrimônio histórico possam conviver simultaneamente. Que possam coexistir sem que um desfaleça sobre o outro. Ocorre que não podemos também atribuir historicidade e importância apenas nos imóveis que pertenceram ou pertencem a elite local, sob o risco de cometermos o erro de considerar apenas essa parte da população digna de lembrança, história e memória. Também não podemos sair arquivando ou preservando tudo que para nós pareça ter significado histórico, principalmente se formos catalogar toda e qualquer construção considerada antiga.

Alguns historiadores, dentro dos seus respectivos levantamentos e estudos, puderam trazer ao conhecimento populacional um pouco da história e memória local através de atribuições que lhes serviram como tema. Dentre estes temos a historiadora Eliana de Souza Rolim, cuja obra “Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras - PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial” (2010) realça a importância de “educar para proteger”.

No subcapítulo intitulado “Políticas Públicas de Educação Patrimonial: casos na Paraíba e em Cajazeiras” (2010, p.33), Eliana Rolim aborda o interesse na confecção de cartilhas educativas que trazem consigo assuntos relacionados ao patrimônio histórico paraibano, principalmente da capital João Pessoa. Para ela essa atitude pioneira no estado contribui de forma fundamental para auxiliar na preservação dos bens patrimoniais.

[...] ao ser lançada somente em 2002, não deixou de atuar como um suporte educativo de grande utilidade para a promoção e preservação da área do centro histórico da capital, servindo ainda de modelo e incentivo para ações preservacionistas a serem desenvolvidas em outras localidades.

[...] existem falhas e omissões na produção das cartilhas. Contudo, elas permanecem como um aprendizado útil e válido, uma vez que são um material didático de considerável importância para a efetivação de uma Educação Patrimonial que visa a despertar interesses nos alunos tanto pelo patrimônio como pela História local, como também assegurar resultados positivos no que se refere à valorização e preservação desse patrimônio (TARGINO, *apud*. ROLIM, 2010, p. 33).

A produção das cartilhas é um bom exemplo de material alternativo na busca pela preservação do patrimônio histórico. A partir daí outros suportes teórico-metodológicos podem vir a configurar como mecanismos de defesa dos bens culturais de uma determinada sociedade. A criação de um calendário educativo no estado ou nos municípios também é uma alternativa viável na busca pela preservação do patrimônio histórico e artístico de um povo.

Algumas obras²⁰ de diversos autores sobre educação patrimonial publicadas pelo IPHAN desde 1999, parte delas em parceria com o Ministério da Educação (MEC),

²⁰ Ao todo 12 publicações que trabalham a educação patrimonial podem ser adquiridas. São elas: “**Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**”, autoria: Sônia Rampim Florêncio, Pedro Clerot, Juliana Bezerra e Rodrigo Ramassote, 2012, 63 páginas; “**Educação Patrimonial no Programa Mais Educação - Fascículo 1**”, autoria: IPHAN, ano 2011, 18 páginas; “**Educação Patrimonial no Programa Mais Educação - Manual de Aplicação**”, autoria: IPHAN, 2013, 85 páginas; “**Educação Patrimonial no Programa Mais Educação - Fichas do Inventário**” autoria: IPHAN, 2013, 43 páginas; “**Educação Patrimonial: Reflexões e Práticas - Caderno Temático 2**”, autoria: Átila Bezerra Tolentino, 2012, 104 páginas; “**Educação Patrimonial: Orientações ao Professor - Caderno Temático 1**”, autoria: IPHAN, 2011, 65 páginas; “**Carta de Nova Olinda - I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio**”, autoria: IPHAN, 2010, 12 páginas; “**Catálogo de Resultados do Fórum Juvenil de Patrimônio Mundial**”, autoria: IPHAN, 2010, 68 páginas; “**Educação Patrimonial: Memória e identidade da Cidade de Goiás - Patrimônio pra que te quero**”, autoria: Selma de Oliveira Bastos Silva, 2010, 132 páginas; “**Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial. Artigos e Resultados**”, autoria: Euder Arrais Barreto, Joel Ribeiro Zaratim, Lídia dos Reis Freire, Márcia Bezerra, Maria Joana Cruvinel Caixeta, Vera Lúcia Abrantes D’Osvualdo, 2010, 132 páginas; “**Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial**”, autoria: Evelina Grunberg, 2007, 24 páginas; “**Guia Básico de Educação Patrimonial**”, autoria: Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e

contêm muitas informações que podem ser utilizadas na produção de materiais didático-pedagógicos, tais como mapas, fotografias, cordéis, histórias em quadrinhos, livretos etc., os quais podem ser aplicados em sala de aula ou em outras atividades acadêmicas.

A oposição passado/presente é um assunto que sempre está inserido entre particularidades coletivas e individuais de uma determinada sociedade. Para Jacques Le Goff, no livro “História e Memória” (1990), entender a “oposição antigo/moderno é essencial na aquisição da consciência do tempo” (p. 167). Para refletirmos sobre isso, é necessário se ter uma consciência de tempo histórico e que façamos um contrapeso entre presente e passado. É justamente através dessas observações que será possível abordarmos uma “oposição” fazendo com que estruturalmente – no caso as obras arquitetônicas – o passado e o presente possam ser vistos sem que um se sobreponha ao outro, mas que interajam em um processo amplo de ensino-aprendizagem e conhecimento mútuo. Manter viva a chama da historicidade e da memória social é essencial para a construção de um saber histórico.

Humanamente é impossível datar e catalogar todo e qualquer conteúdo histórico existente. Regionalizar e redistribuir isoladamente esses conteúdos são os melhores caminhos para que o acervo histórico possa enriquecer ainda mais as informações sobre o passado e sua interação com o presente de um determinado lugar e/ou sociedade.

Imaginemos o quão é importante para a História mundial a existência das pirâmides egípcias, que permanecem erguidas até os dias atuais. Sua existência permite uma melhor visualização e conhecimento de uma das mais fabulosas civilizações que já habitaram o Vale do Rio Nilo, no nordeste africano.

Não é nenhum exagero evocar que, ao permitir a permanência de parte de construções e monumentos históricos erguidos também nas zonas urbanas e rurais das cidades, estamos contribuindo para que as futuras gerações contemplem algumas edificações construídas por nossos antecessores. Cada estilo arquitetônico que sobrevive ao tempo e as constantes alterações urbanas servem como verdadeiras testemunhas documentais sobre épocas outras, nos dando detalhes de como vivem cada sociedade em uma viagem cronológica.

Em Cajazeiras a delimitação do centro histórico e o tombamento de algumas construções significaram o início da preservação do patrimônio material local, desde o

ano de 2004 quando o Decreto nº 25.140 que delimita a área histórica do município, assinada pelo governador à época, Cássio da Cunha Lima, entrou em vigor (**anexo 02**). Mesmo assim, algumas reformas ou modificações no cenário histórico local estão sendo executadas. Algumas dessas atividades sequer são esclarecidas ao público, talvez pelo próprio desinteresse da população em tomar ciência desses fatos. É importante estabelecer que o tombamento e a preservação de sítios históricos e artísticos ou objetos devem obedecer as políticas atuais e ao pensamento presente das gerações, pois cada uma delas pensa o patrimônio de forma distinta e que o sentido de conservação do mesmo também tem sua própria historicidade. Obviamente isso não consiste em motivos para as inúmeras transformações que os conjuntos arquitetônicos do município vêm sofrendo ano a ano. Praticamente não existe no município de Cajazeiras nenhuma edificação sem alterações no seu interior e/ou fachada. O IPHAN, por exemplo, já promoveu diversas ações no sentido de resguardar grande parte do acervo patrimonial do estado da Paraíba²¹. Em pouco mais de 40 anos, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba – IPHAEP²² também se faz presente no âmbito acadêmico e histórico paraibano. Destes dois órgãos partem inúmeras informações acerca de tombamentos e levantamentos dos patrimônios históricos que são abrigados pelo Estado paraibano.

Com sede na capital João Pessoa (PB), tanto o IPHAN quanto o IPHAEP vêm buscando manter viva a ideia patrimonial da região paraibana, atualizando e mapeando sempre uma nova área ou centros históricos nos municípios que ficam sob sua jurisdição. Uma tarefa nada fácil, pois esses órgãos não contam com outras sucursais no interior do estado e o exercício de fiscalizar o patrimônio histórico se torna um verdadeiro desafio.

A distância dos órgãos para as demais cidades não é o único empecilho no trabalho de preservação. A falta de interesse da própria população ou o desconhecimento da importância de determinado monumento ou construção histórica faz com que, pouco a pouco, os centros velhos dos municípios paraibanos desapareçam parcial ou totalmente, ou ainda, que sofram fortes descaracterizações através do

²¹ Ver em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/326>> Acessado em: 05/11/2015.

²² “A data de 31 de março de 1971 é o marco fundamental para o patrimônio histórico da Paraíba. [...] Somente a partir dessa data é que teremos a fundação de um órgão estadual [o IPHAEP], voltado única e exclusivamente, para a preservação do patrimônio histórico paraibano” (OLIVEIRA, s/d, p. 56).

chamado “crescimento vertical”, que consiste em transformar os espaços edificados objetivando aproveitar os compartimentos e acomodações de outra maneira.

Ao todo, de acordo com o IPHAEP, temos até o presente momento 38 municípios paraibanos com centros históricos delimitados ou outros tipos de tombamentos (**anexo 03**). São eles: Alagoa Grande, Alhandra, Araruna, Areia, Baía da Traição, Bananeiras, Bayeux, Borborema, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Cruz do Espírito Santo, Duas Estradas, Guarabira, Ingá, Itabaiana, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Marí, Patos, Pedras de Fogo, Pilar, Pirpirituba, Pombal, Princesa Isabel, Remígio, Rio Tinto, Santa Rita, São João do Cariri, São João do Rio do Peixe, Sapé, Serraria, Solânea, Sousa, Taperoá, Teixeira e Umbuzeiro.

Concernente a Cajazeiras, segundo o Artigo 1º do Decreto nº 25.140, o Perímetro Histórico local do município ocupa a seguinte área: Açude Grande e todo o seu contorno, seguindo o sentido das Ruas Coronel Guimarães, Padre Manuel Mariano, Coronel Juvêncio Carneiro, Geminiano de Souza, Victor Jurema, contornando a quadra do Colégio Nossa Senhora de Lourdes via Rua Barão do Rio Branco, incorporando também a Praça José Guimarães (popularmente chamada de Praça do Pirulito) até a Rua Padre Ibiapina, perfazendo todo o contorno do antigo Colégio Diocesano Padre Rolim (atual Faculdade de Filosofia e Letras – FAFIC) até chegar novamente aos limites do Açude Grande (**mapas 5 e 6**).

Conforme ainda o documento emitido pelo IPHAEP, os imóveis tombados dentro das limitações do centro histórico cajazeirense são: Cajazeiras Tênis Clube, Praça e Matriz de Nossa Senhora de Fátima, Praça Mãe Aninha, Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Colégio Diocesano Padre Rolim (atual FAFIC), Colégio Nossa Senhora do Carmo, Catedral de Nossa Senhora da Piedade, Palácio Episcopal, Praça Cardeal Arcoverde, Prefeitura Municipal, Praça Dom João da Mata e o Seminário Nossa Senhora da Assunção. Fora dos limites do Centro Histórico temos ainda o Morro do Cristo Rei e todo o seu entorno, que vigora como Patrimônio Histórico e Natural do município. A Estação Ferroviária de Cajazeiras²³, já estava protegida pelo patrimônio histórico da Paraíba pelo menos três anos antes do decreto de 2004.

²³ A Estação Ferroviária de Cajazeiras já estava tombada como patrimônio histórico local antes mesmo do Decreto nº 25.140/2004, através do Decreto nº 22.082, de 03/08/2001 (**anexo 03**). Atualmente na sede da antiga estação ferroviária funciona o Núcleo de Extensão Cultural (NEC), sob responsabilidade da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Cajazeiras, local para realizações de shows culturais e de oficinas voltadas para a música, artes marciais, danças, dentre outros.

Um detalhe que chama a atenção é que, tanto no Decreto nº 25.140, quanto em outro documento cedido pelo IPHAEP, algumas obras arquitetônicas de Cajazeiras não são citadas. São elas: Biblioteca Pública Castro Pinto, Câmara de Vereadores “Casa Otacílio Jurema”, Secretaria Estadual de Educação (9ª Região de Ensino da Paraíba), três prédios públicos. Também é notada a não menção de nenhum colégio da rede estadual de ensino nesses documentos. Embora a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Constantino Vieira, popularmente conhecido por Colégio Comercial, esteja dentro das delimitações do centro histórico local, seu nome não é mencionado. Apenas são observados os nomes de três colégios da rede privada de ensino: o antigo Diocesano, o Nossa Senhora de Lourdes e o Nossa Senhora do Carmo. Coincidentemente, essas três instituições de ensino, além de particulares, pertencem ou seguem o roteiro católico do município, e a imensa maioria que estuda nesses estabelecimentos são pessoas da elite cajazeirense.

O Fórum Ferreira Júnior é outro órgão fora do circuito histórico e das menções que apontam os imóveis tombados. Nenhum colégio público é citado como bem tombado pelo documento oficial disponibilizado pelo IPHAEP. A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Crispim Coelho, por exemplo, primeiro colégio público fundado no município de Cajazeiras com o segundo grau (atual ensino médio), que tem mais de cinquenta anos de funcionamento, também não configura no rol dos imóveis protegidos pelo Patrimônio Histórico. O estádio de futebol mais antigo da cidade, o Higino Pires Ferreira, localizado na esquina entre a Rua Barão do Rio Branco, área nobre do município, e a Praça do Pirulito, também não foi levado em conta durante a demarcação do centro histórico cajazeirense.

lugar na memória coletiva e histórica do município. Como cidade polo que é, Cajazeiras também sofre as “consequências” destas mudanças no setor econômico-político-social e urbano que o crescimento populacional e a expansão do seu centro e bairros adjacentes provocam. A prova disso reside em observar como são conduzidas as reformas nas estruturas das construções antigas do centro da cidade, que muitas vezes ocasionam recortes profundos na estrutura original das edificações.

Como cita Le Goff, “a história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros” (Le Goff, 1990, p. 29). Isso revela que para estudar a memória local e suas subjetividades não basta apenas identificar os erros que possam comprometer à preservação e educação patrimonial, que muitas vezes são tomadas de forma errônea, prejudicando estudos futuros, e sim relacionar a lógica que os preside, de preferência partindo do presente para o passado.

No capítulo seguinte propomos evidenciar alguns pontos que caracterizam o perfil histórico do município utilizando algumas construções tombadas pelo Patrimônio Histórico local, o saudosismo e as memórias presentes nessas edificações, além de analisar e problematizar um acontecimento que marcou profundamente a historiografia cajazeirense: a destruição total da primeira casa do município.

CAPÍTULO II – memórias e histórias

As memórias materializadas nas edificações e a redefinição do Marco Zero do município

Início este capítulo acionando, mais uma vez, o historiador francês Jacques Le Goff e o seu livro “História e Memória” (1990), no qual ele aponta a existência de uma complexidade na atual historiografia para distinguir o que é antigo e o que é moderno (pp. 167-168). Segundo ele, esses dois termos abordam diversos significados e podem descrever algo como belo, gracioso, merecedores de uma atenção especial, ou podem ser vistos como objetos de contradição, ou ainda, permanecerem em um estado de neutralidade.

É importante deixar bem claro, conforme Le Goff, que a oposição antigo/moderno já remonta outros períodos históricos. O primeiro é identificado desde a chamada Idade Média, enquanto o segundo demarca o seu final. Essa mesma oposição pode encontrar novo sentido nas diferentes gerações, acompanhando as rápidas transformações urbanas proporcionadas pelo crescimento populacional mundial e pelas novas tecnologias desenvolvidas. Atualmente, nestas primeiras décadas do século XXI, torna-se importante relacionar a construção das novas habitações e os espaços de convivência de acordo com a atual ordem mundial, prevendo atitudes e mecanismos que auxiliem na manutenção do acervo histórico material.

Quando reconhecemos a complexidade desses termos para nos referir as construções ou monumentos históricos atuais, principalmente as obras tombadas pelo patrimônio material ou que estão aptas ao tombamento, estamos expondo alguns pontos de contradição que possam vir à tona no processo de resguardar a memória desses lugares.

Neste caso, o antigo aqui pode ocupar dois espaços distintos: o do encanto, cuja memória precisa ser preservada, ou a do atraso, algo que precisa ser substituído o quanto antes, pois não pode impedir o avanço do progresso da contemporaneidade²⁴. O

²⁴ Hoje em dia é muito comum ler ou assistir algum anúncio e/ou comercial com algo do tipo: “estamos funcionando em amplas e modernas instalações”. O termo “moderno” aqui empregado, geralmente remete a algo contemporâneo, do presente, uma atualidade que pode vir a ser substituída com o tempo, de acordo com as transformações provenientes do desenvolvimento humano.

moderno também será observado de duas maneiras: como o ápice do desenvolvimento a qual uma geração atingiu (ou pode atingir), e o risco da perda de grande parte do que foi edificado por outras anteriores e, conseqüentemente, o fim das memórias individuais e coletivas que esses locais possuem.

Deste modo, dividimos a população em esferas de interesses individuais ou coletivos referente aos cuidados com o patrimônio histórico (neste caso aqui, o de tipo material): os que preservam num todo, os que buscam preservar em partes, aqueles que pensam em substituir num todo, os que tentam substituir em partes.

Essa confusão de ideais atinge diretamente os projetos de preservação do patrimônio, pois muitos interesses entram em jogo e cada setor vai buscar atingir os seus objetivos. De acordo com o filósofo Marshall Berman (1940-2013), em sua obra intitulada “Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade” (1982),

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos (BERMAN, p. 14, 1982).

A citação acima nos sugere um pouco do que venha a ser esse jogo de interesses entre o antigo e o atual. De acordo com o autor, tanto um termo quanto o outro podem ser vistos como objeto atrativo, restando apenas saber qual lado uma pessoa ou um grupo irá pertencer. Ou ainda, se há a possibilidade de fundir essas duas linhas de pensamentos sem prejuízos entre elas.

Todavia, salientamos que a discussão sobre preservação do patrimônio histórico não se resume apenas às especulações de grupos isolados ou de interesses imobiliário-financeiro, nem tampouco vigora somente entre acadêmicos, intelectuais, historiadores e memorialistas. A política, as administrações públicas e os interesses econômicos atuais também participam deste processo de preservação/destruição e por isso devem ser analisadas, pois isso proporciona a construção de diversas formas de análises acerca de tombamento e manutenção de objetos considerados históricos para uma sociedade.

[...] a idéia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas. Em consequência disso, encontramos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade (BERMAN, p. 16, 1997).

A partir dessa reflexão de Berman, podemos dizer que a forma com que os processos de tombamentos avançam, principalmente nas cidades do interior brasileiro e, neste caso em específico, Cajazeiras, notamos que a atual ligação antigo/moderno se confunde, perde em parte suas essências e somente políticas públicas e educacionais de conservação que apresente a população o que é histórico seria capaz de encontrar mecanismos e formas viáveis de preservação patrimonial. Também é importante ressaltar que para cada geração há uma identificação do que é histórico, do que deve ser preservado e do que pode ser transformado ou substituído.

Podemos compreender, também, com base em Berman (1997), que não se pode apontar um fator comum e definitivo a este assunto, ou definir isoladamente até que ponto as pessoas agem na transformação do espaço físico onde vivem, se por impulso, por desconhecimento de causa, por ganância, pela busca desenfreada do lucro ou porque realmente querem reconfigurar o cenário à sua volta. Percebe-se ainda que, é essencial a participação administrativa nesse sentido, com políticas atuantes que busquem resguardar grande parte do acervo patrimonial material ainda existente, independente se são construções típicas das elites locais ou de arquitetura simples.

Ainda sobre modernidade e seus “capítulos” na história, acionamos a historiadora Eliana de Souza Rolim, que em sua dissertação de mestrado, descreve o seguinte:

As ideias de modernidade que despontaram na Europa, em meados do século XIX, surgem como grandes aceleradoras das transformações ocorridas nos grandes centros urbanos, não somente para modificação/melhoria dos aspectos estéticos, mas também para dar um ar de salubridade às cidades. As reformas de Haussmam em Paris, um dos marcos dessa nova mentalidade, adentram no século XX com força total e rompem as fronteiras do velho continente se espalhando pelo mundo (ROLIM, 2010, p. 42).

Podemos perceber que a renovação urbana e arquitetônica a qual a capital francesa foi palco, determinou um “novo” capítulo do “ser moderno”. A reformulação da região central e de outros bairros parisienses utilizando o argumento de melhorias na salubridade pública, fez com que construções inteiras, algumas delas seculares, fossem “devoradas” para que ruas estreitas se alargassem e novos passeios públicos se abrissem, fazendo com que a *ville de Paris* se tornasse modelo padrão de arquitetura e estética a ser seguido por metrópoles de outros países.

A prova disso é que essa transformação do cenário de Paris também atravessou o Atlântico, chegando a algumas cidades brasileiras, já que,

No Brasil, o processo de transformação urbana seguiu essa mesma lógica. Teve início com as reformas de Pereira Passos, que modificou o centro do Rio de Janeiro, e se irradiou pelos demais centros de maior expressividade urbana do país, como o caso de São Paulo, Recife, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte. Já a capital paraibana, que também seguiu de perto o ideário civilizador da modernização, ao longo das primeiras décadas do século XX passou por uma gama de melhoramentos como alargamentos de ruas, abertura de avenidas, construção de parques e praças públicas e ainda a edificação de incontáveis imóveis públicos e privados de acordo com os padrões arquitetônicos em vigor na época (ROLIM, 2010, p. 42).

No caso do município de Cajazeiras, por exemplo, que tem em seu centro algumas ruas muito estreitas, ou “mescladas” (ora largas, ora afuniladas em determinado ponto), um processo de alargamento de ruas na década de 1970 foi colocado em prática quando o então prefeito à época, Antônio Quirino de Moura²⁵, resolveu promover uma reforma em uma das artérias do centro da cidade, a Rua Padre José Tomaz (**imagens 9 e 10**). Possivelmente durante o período dessa empreitada, a sociedade se dividiu entre os que apoiavam e os que se mostraram contrários, pois além de ser um projeto caro e ambicioso, muitos dos casarios centrais tiveram suas fachadas demolidas para criar um recuo maior nesse trecho.



Imagem 9 – paredes já removidas de um dos imóveis. Outros ainda viriam a ser derrubados para o alargamento de parte da Rua Padre José Tomaz. Acervo: Revista Oba!²⁶.

²⁵ Antônio Quirino de Moura foi prefeito do município de Cajazeiras entre os anos de 1973 e 1977. Disponível em: <<http://ac2brasil.blogspot.com.br/2014/04/justa-homenagem-antonio-quirino-de.html>> Acessado em: 05/05/2015.

²⁶ A Revista Oba!, foi fundada pelo farmacêutico e multimídia cajazeirense Christiano Moura e circulou por alguns anos no município. Mais sobre a revista em: <<http://revistaoba2.zip.net/>>.



Imagem 10 – Antônio Quirino de Moura posando em uma das calçadas da Rua Padre José Tomaz para lembrar os 30 anos da reforma executada em sua gestão. Acervo: AC2B.

Na imagem acima o ex-prefeito Antônio Quirino de Moura é fotografado na rua que contribuiu para alargar. O gesto com a mão direita - que universalmente simboliza “estar de acordo”, mais popularmente conhecido como a expressão em inglês *okay* ou *ok* – representa uma aprovação da sua intervenção na cidade.

De antemão separei algumas construções antigas da cidade de Cajazeiras com o objetivo de criar um diálogo que possa nortear e debater sobre a importância de se conservar o patrimônio histórico para a posteridade. Trata-se do antigo Hotel Oriente²⁷, o Edifício O.K.²⁸, o casarão do Major Epifânio Sobreira²⁹ e o Cajazeiras Tênis Clube³⁰.

²⁷ O prédio está situado na esquina entre as Ruas Tenente Sabino (Calçadão), Travessa Francisco Bezerra e Rua Joaquim Costa, no centro da cidade de Cajazeiras-PB. Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php?citynum=2595> Acessado em: 05/05/2015.

²⁸ O Edifício O.K., onde funcionou o Excelsior Clube, está localizado na esquina entre a Av. Presidente João Pessoa e a Rua Joaquim de Sousa (antiga Rua da Feira Velha). Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php?citynum=2595> Acessado em: 05/05/2015.

²⁹ O casarão fica localizado no final da Rua Epifânio Sobreira, ao lado de uma das escadarias do Açude Grande.

³⁰ O Cajazeiras Tênis Clube está localizado na Travessa Felismino Coelho, entre a escadaria da Av. Presidente João Pessoa e a ponte do sangradouro do Açude Grande. Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php?citynum=2595> Acessado em: 05/05/2015.

Iniciaremos destacando o prédio onde funcionou o Hotel Oriente em Cajazeiras. Essa construção do início do século XX, edificada inicialmente para abrigar uma clínica médica particular, nunca chegou sequer a funcionar por esse viés. Acabou se transformando em uma hospedaria bastante frequentada. O historiador Osmar Luiz, descreve-o da seguinte maneira:

[...] Construção belíssima, inscrita no rol das ecléticas. Obra erudita, neoclássica, fruto de um mestre de ofício experiente. Composição de detalhes bem elaborada. (Rua Joaquim Costa esquina com a Padre Manoel Mariano). (SILVA FILHO. 1999, p. 304).

Com o fechamento do hotel, o edifício passou uma temporada de portas fechadas, vindo servir posteriormente como casa de ensino, sediando o Colégio Objetivo, da rede privada de ensino, que pouco tempo durou. Em seguida foi a vez do funcionamento do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, que também não perdurou. Após esse período funcional, o prédio voltou a “estacionar”, permanecendo sem nenhuma funcionalidade por um bom período (**imagem 11**).



Imagem 11 – O antigo Hotel Oriente durante seu estágio de “hibernação” (07/08/2010). Foto: Francisco Álisson de Oliveira.

Recentemente a edificação passou por mudanças estruturantes (**imagens 12 e 13**). As paredes internas foram totalmente removidas, as instalações hidráulicas e elétricas foram trocadas e alguns janelões com sacada, deram lugar a grandes portas.

Todas as dependências da casa foram divididas em departamentos comerciais, disponibilizados para aluguéis.



Imagem 12 – Fachada principal do Hotel Oriente, já modificada, com grandes portas em lugar dos antigos janelões.



Imagem 13 – Galeria “Dr. Juca Peba”, uma nova ala criada no prédio do antigo Hotel Oriente (janeiro de 2015). Fotos: Francisco Álisson de Oliveira.

Até a parte do quintal que separava a casa principal de uma espécie de quarto-depósito e da grande caixa d’água foi modificada, convertendo-se em mini-boxes para

lojistas: a galeria denominada “Dr. Juca Peba”. Quanto a esta reforma, será que pesou o bom senso na hora de modificar boa parte da estrutura do casarão? provavelmente, pois, em dias atuais, muitos defendem que é necessário haver essa intervenção reformista e modeladora das obras arquitetônicas históricas dos municípios. Afirmam que atuações como esta servem para atrair financiamentos, que por sua vez, servirão como própria subsistência dos edifícios, uma espécie de “autoconservação”, pois sem isso, estas obras podem permanecer no abandono ou em estágio de “hibernação”, o que compromete suas estruturas, podendo gerar um desinteresse ainda maior, fazendo com que boa parte desse acervo patrimonial não se perpetue e alcance outras gerações.

Tais afirmações demonstram, ideologicamente, para alguns, a melhor maneira encontrada de manter o convívio entre o progresso e o patrimônio histórico. Algo semelhante já havia ocorrido com outro casarão histórico no município, prédio este também pertencente à família do coronel Peba³¹: o Casarão Boa Vista (**imagem 14**), localizado na esquina das ruas Padre Rolim e Cel. Peba. Essa obra arquitetônica sofreu profundas modificações e ajustes para aportar diversas lojas e departamentos de serviços da cidade de Cajazeiras, como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).



Imagem 14 – Antiga residência da família Peba, hoje transformada no Casarão Boa Vista, que abriga lojas e departamentos de serviços (10/01/2010). A estrutura de baixo, que servia como porão da casa, foi modificada para a criação de novas alas e boxes comerciais. Foto: Francisco Álisson de Oliveira.

³¹ Sobre o patriarca da família Peba ler: Ruas de Cajazeiras (2000, pp. 37-38), de Deusdedith Leitão.

Em seguida, abordaremos outra construção histórica de Cajazeiras, pois está no circuito histórico delimitado do município, o Edifício O.K., localizado na Av. Presidente João Pessoa. De acordo com Deusdedith Leitão (2005), esta obra foi fruto do empreendedorismo do senhor José Lira Campos, que decidiu construir o prédio, com inauguração no final da década de 1930. Esse edifício, segundo ainda o autor, acomodou as instalações do Excelsior Club e do Jovem Clube por muito tempo, com serviços de bar, sorveteria e barbearia no térreo e salão de dança na parte superior. Um lugar de encontro e confraternização da juventude cajazeirense e circunvizinha. Também nas dependências do edifício funcionou um dos cinemas da cidade, o Cine Teatro Éden e, de acordo com Leitão (2005), esse local “Foi, por algum tempo, o orgulho da cidade, com suas modernas instalações” (p. 17).

É de se levar em conta que, essa edificação contribuiu, por muito tempo, para o entrosamento social dos municípios, porém, vale ressaltar que não há designação dos grupos que frequentavam assiduamente o clube, se somente a elite local ou se também pessoas de outras classes sociais. O importante é reconhecer que o prédio em si, abriga muito da memória e da história local, já que foi um dos principais espaços de convivência da cidade. Hoje, o Edifício O.K. permanece em estado de abandono. Por ser uma propriedade privada, até o momento não se tem notícias se há uma real preocupação em restaurá-lo e dar-lhe novamente uma funcionalidade e um novo significado para a comunidade local. Uma funcionalidade que além de revitalizar aquele espaço, ressalte a importância de preservar essa obra que atravessou décadas e proporcionou diversos momentos para aqueles que usufruíram do seu ambiente em outrora.

Já o seu entorno e lojas que antes eram anexos do prédio (**imagens 15, 16 e 17**), foram adquiridas e incorporadas por uma rede de supermercados, que comprou parte do complexo do O.K., reformando-o logo em seguida, para ampliação do estabelecimento.



Imagens 15 e 16 – O Edifício O.K. em dois momentos: a primeira mostra o edifício em pleno funcionamento durante os primeiros anos de sua fundação; na segunda, o prédio jaz abandonado. Atualmente o complexo ao lado (a partir do portão verde) já foi modificado e hoje funciona uma extensão do Melo Supermercado. Fotos: Francisco Álisson de Oliveira.



Imagem 17 – o anexo já em estágio de reforma e anexação ao Melo Supermercado. Foto: Google Street View (2015).

O solar que pertenceu ao Major Epifânio Gonçalves Sobreira é outro edifício de arquitetura diferenciada em Cajazeiras. Ele também pertence ao perímetro histórico do município, estando situado na Rua Epifânio Sobreira³², o que significa que faz parte do conjunto de bens patrimoniais tombados conforme o Decreto assinado em 2004, tornando oficial o reconhecimento do centro histórico do município.

De acordo com o historiador Osmar Luiz da Silva Filho, muitos dos casarões construídos no centro de Cajazeiras imitavam os modelos de edificações das capitais como João Pessoa, Recife e Fortaleza. Além disso, ele descreve que,

[...] podemos pensar que muitas dessas casas foram construídas em um só momento. Outras, por sua vez, herdavam uma arquitetura do século XIX, com beirais que ultrapassavam a fachada em um palmo, sem a saliência das cornijas, no espaço acima das portas e janelas, como também, apresentando o plano frontal sem nenhuma ornamentação (SILVA FILHO, 1999, p. 303).

Pode-se notar que esse embelezamento arquitetônico se refere apenas as casas das elites. As construções mais humildes são ignoradas, parecendo até que quem morava nelas também não contribui para a história e memória local.

³² Essa rua recebeu o nome de Epifânio Sobreira como uma forma de homenagear um dos grandes benfeitores locais que residiu naquele logradouro. Ver Leitão, Ruas de Cajazeiras, 2005, p. 21.

O casarão provavelmente remonta ao final do século XIX e começo do XX, e hoje serve como sede do Centro de Atenção Psicossocial nº 2 (CAPS II). A utilização desse edifício como sede de um órgão, de certo modo, lhe dá sustentabilidade, embora esse tipo de custo-benefício tenha um preço. As adaptações que são necessárias acabam mutilando algumas características de época do casario. O mesmo já passou por modificações, principalmente na parte de trás do muro, que fica na Rua Coronel Guimarães. A calçada foi totalmente refeita seguindo os atuais padrões de construção que devem cumprir com a Lei de Acessibilidade. Rampas de acesso para deficientes físicos foram construídas (**imagens 18 e 19**).



Imagem 18 – Antigo Casarão do Major Epifânio Sobreira visto por trás. Acervo: Google Street View (2015).



Imagem 19 - Fachada com a placa de identificação do CAPS II. Acervo: Google Street View (2015).

Esse edifício foi palco de um ataque cangaceiro em Cajazeiras. Segundo relatos da senhora Francisca Pereira Martins Gomes, no dia 28 de setembro de 1926³³, um dos lugares-tenente do cangaceiro Lampião, o bandoleiro Sabino Góis, ou “Sabino das Abóboras”, que era seu avô, juntamente com outros bandidos, tentaram invadir e saquear a cidade, vindo pelo sítio Baixa Grande, na saída para o vizinho Estado do Ceará, adentrando o município pela antiga Rua da Matança, hoje Dr. Coelho Sobrinho. Durante o percurso criminoso, os cangaceiros chefiados por Sabino mataram pai e filho que voltavam do roçado para roubar-lhes, além de chacinar ainda um deficiente físico e um praça³⁴ que estava tratando assuntos acerca de animais soltos nas ruas no momento da invasão. Conforme ela, o bando também vitimou um alfaiate de nome Eliezer.

O ataque não saiu como planejado, pois a população local conseguiu reunir um bom número de combatentes que resistiram às investidas dos bandidos. Ainda conforme alguns relatos da neta de Sabino, o confronto contra o Major Epifânio Sobreira, entrincheirado na própria residência, sendo auxiliado por um funcionário de nome José Inácio da Silva, prolongou-se por um bom tempo, até que uma ajuda providencial favoreceu os defensores da casa, pois o técnico José Sinfrônio Assis, que cuidava da casa de força, construída no final da atual Av. Presidente João Pessoa, que gerava a luz elétrica que iluminava os poucos postes do centro da cidade, modificou algumas fiações provocando curtos circuitos seguidos de explosões, o que deu a entender entre o bando que atacava a residência da família Sobreira que a cidade estava recebendo reforços, e que eles deveriam retirar-se. Na fuga, ainda conseguiram ferir o Major Sobreira no pé.

Esse episódio, muitas vezes contado de forma romanceada, é bastante explorado e evidenciado entre aqueles que são amantes das histórias do cangaço.

A partir desses levantamentos, nos cabe notificar que, infelizmente, nas escolas da região, esses relatos são pouco explorados ou vistos de forma parcial, ou ainda com pouca incidência, sendo repassados de forma bastante tímida.

³³ Alguns autores confundem o ano do ataque. Deusdedit Leitão (Ruas de Cajazeiras, 2005, p. 21) fala que foi no ano de 1924. Já a neta do cangaceiro Sabino menciona que o ataque aconteceu em 1926. GOMES, Francisca Pereira Martins. **Os 80 Anos do Ataque do Guerrilheiro Sabino**. 2008. Disponível em: <<http://lentscangaceiras.blogspot.com.br/2008/11/os-80-anos-do-ataque-do-guerrilheiro.html>> Acessado em: 08/05/2015.

³⁴ Praça aqui era a forma como eram chamados aqueles que pertenciam a antiga guarda municipal.

Assim, entendemos que é preciso antes mesmo de registrar, tomba e proteger o patrimônio histórico se pensar em políticas públicas educacionais que visem o esclarecimento historiográfico acerca do patrimônio material, de uma forma ampla, para que as pessoas reflitam sobre a historiografia local, que se sintam comprometidos em cuidar e zelar os patrimônios históricos para a posteridade e que reconheçam nesses lugares espaços de identidade cultural, afetiva e histórica, e principalmente, que não desenvolvam apenas o senso de achar que só o que foi construído pelas elites deve grassar como patrimônio de uma sociedade.



**Imagem 20 – O casarão do Major Epifânio Sobreira, que serviu como resistência ao ataque de cangaceiros à cidade. Acervo: Blog Cajazeiras de Amor. Disponível em: <
<http://cajazeirasdeamor.blogspot.com.br/2011/04/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x.html>>
Acessado em: 2015.**

Uma quarta edificação do município que evidenciaremos é o Cajazeiras Tênis Clube, que por muitas décadas, serviu como local de diversão, ponto de encontro e reuniões político-sociais da elite municipal. Essa construção de meados do século XX ocupa o lugar que antes pertencia a casa grande da fazenda, de propriedade dos pais do Padre Inácio de Sousa Rolim, tido pela historiografia local como o fundador de Cajazeiras.

O escritor e radialista José Gomes de Alencar, ao falar sobre o lar dos Rolim, descreve a construção da primeira habitação de Cajazeiras da seguinte forma:

O local escolhido para levantar a primeira casa da fazenda cajazeiras é exatamente no local das instalações do cajazeiras ténis clube (sic), ali Vital construiu sua casa, ao lado fez um belo açude, cuja água servia para utilidade humana e os animais da fazenda e da região. [...] foi construída no alto, a frente fuçava para o nascente, onde havia um imenso cajazeiral que embelezava os nossos campos, [...] (ALENCAR, 2010, p. 12).

O autor enaltece de forma romântica os construtores da primeira residência cajazeirense, Vital Rolim e Ana de Albuquerque, e espírito empreendedor que fizeram do casal peça fundamental na consolidação do povoado, principalmente quando da volta do Padre Rolim, que viria, mais tarde, instalar um centro educacional em território dos pais. Alencar também evidencia o momento triste que a parte da cidade vivenciou com a demolição da casa grande da fazenda.

O velho casarão foi demolido de forma impiedosa para no mesmo lugar construir um moderno clube de festas, [...]. bom seria que a nossa sociedade, de maneira sensível, tivesse organizado uma associação eclética para não criar celeumas e prejuízos irrecuperáveis. Com certeza houve parceria e cogitação entre o poder executivo, o legislativo e a sociedade.

Hoje vemos com clareza que faltou a sintonia das autoridades e parte da sociedade que de forma insensível deram as mãos e devoraram um patrimônio intocável (ALENCAR, 2010, p. 12).

Tais afirmações vêm de encontro ao que questionamos, a falta de consenso em prol da não destruição dessa relíquia pesou na hora da decisão. Apesar da existência de grupos contrários a derrubada da casa, certamente por enxergá-la como um signo ancestral e de identidade local, os poderosos acabaram ceifando a principal moradia, a que deu início a tudo e que serviu como ramificação para as demais. Uma perda irreparável, que nem mesmo a construção de um clube recreativo poderia tê-la sobrepujado.

Francisco Matias Rolim, antes mesmo de se tornar prefeito do município, quando somente atuava como comerciante local e membro do Rotary Clube de Cajazeiras, afirma em tom de desabafo e de arrependimento o episódio que levou abaixo a primeira residência da cidade.

Eis, sem que ninguém me peça, a confissão de um erro que cometi, ao qual fui induzido exatamente pela minha entrada no Rotary Clube e pela fidelidade que sempre tive o cuidado de guardar aos amigos.

As pessoas mais antigas de Cajazeiras, de certo se lembram da velha casa de taipa que ficava entre as duas partes que servem de barragem ao açude da

cidade, (aos pés das cajaranas que aí se encontravam, antes de serem, também elas, impiedosamente abatidas para dar lugar às paredes indecorosíssimas que ora aí se veem). [...] Em qualquer país que se preocupasse em preservar suas raízes culturais, aquela casa, mesmo uma tapera, seria conservada como uma relíquia e exposta com orgulho para visitação pública (DUARTE, 1988, pp. 96-97).

O relato de Chico Rolim nos demonstra, além do desastre que fora para a história local a perda de significativa construção, que a sociedade da época agira no calor dos acontecimentos, e que não levaram em conta a preciosidade memorialística que aquela simples moradia representava.

A falta de uma educação patrimonial e de um sentimento de identidade à época, por parte desses que decidiram pela derrubada da casa, podem também ter contribuído para que a antiga residência fosse posta abaixo.

Cabe-nos também evidenciar novamente que parte da sociedade se mostrou totalmente contrária a esse ato, pois “mexer com a casa da Mãe dos cajazeirenses significaria algo mais do que assanhar uma casa de maribondos, não somente no campo cívico ou político, mas também no terreno religioso” (DUARTE, 1988, p. 97).

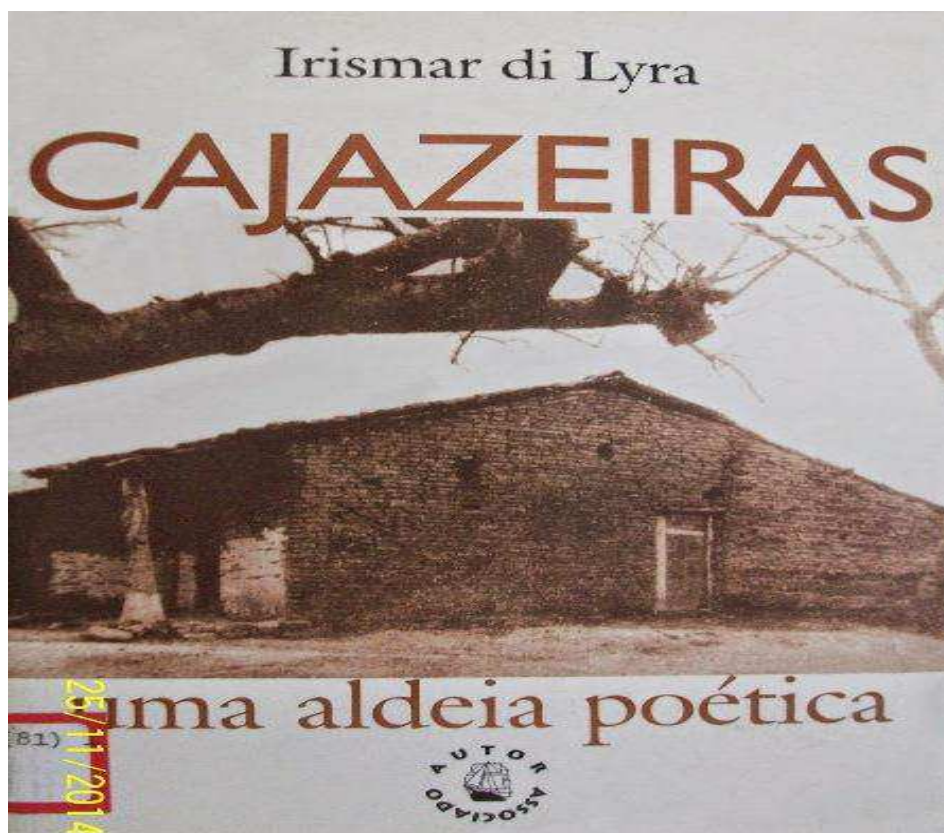


Imagem 21 – Uma das raras imagens da antiga casa grande da Fazenda Cajazeiras que circula pela internet. Acervo: capa do livro “Cajazeiras, uma aldeia poética”, de Irismar di Lyra. 25/11/2014.

A “cidade que ensinou a Paraíba a ler”, a “terra da cultura”, o “berço da cultura paraibana”, o lar do “Anchieta do Nordeste” que tantos cajazeirenses e cajazeirados estufam o peito na hora de se referirem ao município de origem ou que adotaram como lar guardião, não soube e ainda não sabe valorizar suas riquezas arquitetônicas e patrimoniais, pois a demolição de uma das mais importantes residências, onde praticamente tudo começou, a verdadeira “certidão de nascimento” de Cajazeiras, foi removida e apagada quase que para sempre da historiografia local, permanecendo apenas lembranças e nostalgias, pois as noitadas e matinês do clube elitista acabaram encobrindo, através das “pisadas dançantes”, das animadas festas e comemorações, o que eu chamo aqui de “memória sobre memória”, embora esse termo empregado não apaga a história-memória de antes, já que ele apenas proporciona uma ressignificação no processo de resguardar as historicidades que podem ser obtidas através de estudos e pesquisas das antigas edificações, pois a antiga casa permanecerá na lembrança de muitos, graças as poucas imagens e os detalhes confidenciais por quem a viu de pé, mesmo tendo outra construção em cima, com novos sujeitos e novas memórias. Também só manter a antiga casa de pé sem nenhuma funcionalidade plausível, faria tão mal a sua estrutura física quanto foi o gesto abnegado que a levou a sua total destruição. Lembremos da situação do Edifício O.K., já mencionado anteriormente.

Sem projetos públicos de preservação e educação patrimonial agregados, sem o questionamento e a tomada de consciência que a fizesse ter signos reconhecidos de compreensão e conhecimento como patrimônio histórico pela maioria da população à época, tal relíquia só serviria para “ocupar espaço”, numa falsa garantia de manutenção da identidade cajazeirense.

Cajazeiras teve seu Marco Zero alterado, pois o mesmo foi redefinido em sua totalidade. O que antes era uma casa grande, construída de forma rústica, sem reboco, deu lugar a um clube de lazer. O Cajazeiras Tênis Clube ergueu-se engolindo as paredes de taipa, colocando também abaixo os inúmeros pés de cajá que se achavam nos arredores da moradia antiga e que complementavam a paisagem. Esse acontecimento nos faz crer que parece ter havido uma disputa entre a elite católico-educacional, os comerciantes e demais outros homens de negócios da época. Uma ruptura dentro da própria historiografia levantada e defendida por essas elites.

Esse episódio em nossa historiografia, talvez, poderia ter sido evitado, se na época houvesse compreensão de uma importância patrimonial mais acentuada.

Hoje o cenário com que o centro histórico cajazeirense é tratado não mudou muito. Vez e outra algum casarão sofre lapidações que comprometem até mesmo suas fachadas, já que o tombamento dos mesmos é parcial, o que significa que apenas a fachada deve ser preservada com suas características originais, mesmo aquelas já modificadas com o tempo.

No caso de Cajazeiras, esse primeiro fator raramente é levado em conta e não percebemos nenhum processo de restauração que, neste caso, seria o correto, mas sim inúmeras reformas que fazem essas construções perderem parte de sua essência histórica.

No capítulo adiante iremos analisar a educação patrimonial como mecanismo de manutenção e defesa do patrimônio histórico e seus efeitos, além de alternativas de preservação.

CAPÍTULO III – Mecanismos de proteção patrimonial

O discurso preservacionista cajazeirense

“A cidade é como um texto: ela pode ser lida!” (SILVA FILHO, 1999, p. 01). É com essas palavras do professor Osmar Luiz da Silva Filho que abro este terceiro capítulo, onde busco enfatizar uma “leitura interpretativa” sobre o patrimônio arquitetônico a partir da delimitação do centro histórico da cidade de Cajazeiras. Serão analisadas, ainda, alguns discursos sobre esse mesmo patrimônio e a forma como ele está sendo conduzido. Abordarei também os desafios enfrentados pelo poder público local, bem como algumas de suas ações para manter parte da arquitetura antiga do município erguida. Por fim, procurarei reforçar a necessidade de se trabalhar uma educação voltada para o reconhecimento, tratamento, conservação e proteção do patrimônio histórico e cultural do município, e não apenas isso, pois levantarei outras questões buscando expor que apenas educar, de forma isolada, pode não trazer o efeito desejado no que condiz a preservação dos imóveis, monumentos e outros objetos tombados e registrados pelos órgãos de proteção do patrimônio histórico.

As cidades, de quaisquer portes, são atualmente territórios de desafios nas diversas esferas sociais e urbanas. Cada vez que a expansão urbana avança, seja horizontalmente ou verticalmente, novos cenários são introduzidos na paisagem citadina, áreas verdes são modificadas para dar lugar ao concreto e cimento e as construções antigas, principalmente as erguidas nos centros das cidades, começam a dar espaço para novas edificações que atendam os anseios urbanos e paisagísticos da atualidade, principalmente pelas novas demandas financeira e comercial das edificações centrais, além das especulações imobiliárias.

Sobre a cidade, pode-se reiterar que,

Em seus fragmentos e em seus territórios, estão retidas uma diversidade de linguagens, as quais podem tornar-se textos, textos de cultura. Seus traços materiais e sua paisagem de símbolos constituem-se como objetos, perpassados por vários fluxos, os quais o historiador deve anunciar. (SILVA FILHO, 1999, p. 01).

Conforme o autor, podemos evidenciar que a cidade também passa a ser vista como um espaço de saudades, um objeto de desejo, um lugar de encontro das diversidades ideológicas e local onde boa parte do “progresso habita”.

É na *urbs* que a maior parte da população se concentra nos dias atuais, um processo inverso que começou a se acentuar, no caso do Brasil, desde o início do século XX, pois antes boa parte dos habitantes vivia na zona rural. Falando sobre o meio rural, essa denominação, atualmente, parece nos chegar como algo ultrapassado, distante, esquecido, silencioso, fora do arcabouço do que prega o progresso e o desenvolvimento. E essa regra pode ser aplicada de forma semelhante quando falamos de proteção patrimonial. Pelo menos é o que encontramos em localidades no sertão da Paraíba. Afinal, o campo também não tem suas histórias? Não tem seus objetos históricos? Memórias que devem prevalecer e ser conservadas? Seu modo de vida peculiar e suas tradições? A população rural não complementa ou faz parte de um determinado município? Ela não incorpora vivências e contradições? Se esse diagnóstico é válido, podemos identificar então que o discurso de tombamento e delimitação de artefatos e objetos considerados históricos se desenvolve, com maior incidência, apenas na zona urbana, no território onde o concreto e o cimento imperam e, na imensa maioria dos casos, beneficiando apenas edificações de cunho elitista.

O que se observa é que o discurso preservacionista propagado em Cajazeiras ou outros municípios do interior paraibano não aborda a área da zona rural como um legado histórico a ser preservado, deixando-a de fora do contexto histórico-patrimonial. Em suma, o discurso aqui repousa apenas na área urbana.

Quebrando um pouco essa regra podemos ver que, timidamente, o processo de revitalização e tombamento de locais históricos encravados na zona rural começa a tomar forma. Um caso recente acontece no município de Nazarezinho (PB), pertencente a região da Grande Sousa, distando cerca de 46 quilômetros de Cajazeiras. Um grupo de historiadores, pesquisadores e estudiosos do cangaço levantam firmemente uma bandeira, desde meados de 2013, em prol da recuperação e proteção da Casa Grande da Fazenda Jacu (**imagem 22**), que pertenceu aos pais do cangaceiro paraibano Francisco Pereira Dantas, o famoso Chico Pereira³⁵. Periodicamente esses estudiosos do fenômeno cangaço realizam visitas ao local, colhendo informações, além de endossarem o discurso de proteção do que eles consideram como algo precioso para a memória e história do lugar. Reivindicação como esta, além de ser pertinente a importância da

³⁵ Sobre esse debate, ver Cariri Cangaço. “**Manifestações do Brasil pela restauração da Casa do Jacu**”. Artigo disponível em: <<http://cariricangaco.blogspot.com.br/2013/07/manifestacoes-do-brasil-pela.html>> Acessado em: 11/06/2015.

preservação patrimonial, deve ser colocada em pauta pela sociedade, no intuito de mapear e tomba outras construções históricas presentes nas zonas rurais, não parando por aí, devendo se expandir para outras áreas do patrimônio histórico, inclusive agregando objetos que traduzem um pouco da história das camadas mais humildes da sociedade.



Imagem 22 – Casa Grande da antiga Fazenda Jacu, localizada na zona rural do município de Nazarezinho (PB). Acervo: Manoel Severo. Disponível em: <<http://cariricangaco.blogspot.com.br/2013/06/nazarezinho-e-magia-do-segundo-dia-de.html>> Acessado em 07/11/2015.

Sobre o setor urbano, outro fator comumente observado é que em alguns locais o patrimônio histórico se resume as obras arquitetônicas mais imponentes, de preferência envelhecidas e que estejam localizadas nos centros das cidades. Obras como uma antiga indústria, casarões de figuras afortunadas de maior destaque na região etc., são os objetos centrais que apontam para a necessidade de proteção e tombamento. E as residências simples que estão inseridas dentro e no entorno das delimitações históricas? Estas não possuem um valor histórico também? O patrimônio histórico reconhecido, em sua maioria, sofre de um “efeito elitista”? Não é bem assim que devemos tratar esse assunto. É necessário estabelecer mecanismos eficientes que garantam a sobrevivência

de todo e qualquer objeto que se configure como histórico e que resguarde memórias de gerações anteriores.

Vejamos o que diz um trecho do Decreto nº 25.140, de 28 de junho de 2004:

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que o conferem o Art. 86, Inciso IV, da Constituição do Estado, e atendendo o exposto no artigo 40 do Decreto nº 7.819, de 24 de outubro de 1978, e, **Considerando** que o Conselho Deliberativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – **CONPEC**, ao apreciar a proposta de delimitação do Centro Histórico Inicial da cidade de Cajazeiras, aprovou o traçado que define as áreas de Preservação Rigorosa e Preservação Ambiental daquele município, tendo como objetivo preservar o Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Natural ali existente, [...].

Essa medida administrativa pode ser considerada a “certidão de nascimento” do centro histórico de Cajazeiras. Devemos levar em conta que foi uma conquista importante, e que esse documento é a prova de que, realmente, algo inicial foi feito pela preservação do patrimônio cajazeirense em todas as suas esferas. Porém, ele sozinho não garante ou não dá a segurança necessária de que todo esse tipo de patrimônio delimitado tenha sua devida proteção ou sobrevivência respeitada. De 2004 para cá, ano de efetivação do Decreto, muitas casas já sofreram e ainda sofrem recortes em suas fachadas, o que alterou muito a sua estrutura física original, e que compromete parte de sua essência histórica.

Quando o assunto é preservar ou recuperar o patrimônio histórico cajazeirense, dar-lhe sustentabilidade e novo significado, o termo restaurar, aqui, se mostra ausente. Na verdade, o tratamento dado as construções históricas da cidade está mais para reforma, utilizando uma espécie de “bom senso”, já que muitas partes externas estão sofrendo alterações, onde, por exemplo, antigos portais ou janelões de ferro ou madeira estão sendo substituídos por vidraças ou outro tipo de esquadrias. Verificando isso, pergunta-se: qual o sentido então de mapear um centro histórico de um determinado lugar, dar-lhe atribuições culturais e de memória historiográfica, tombar edifícios e monumentos, pelo menos de forma parcial, ou seja, conservando apenas a fachada, se nem isto está sendo cuidadosamente preservado? Entendemos que, neste caso, se a construção é protegida pelo Patrimônio Histórico, tem um significado histórico para a sociedade, guarda algumas memórias de gerações outras, resistiu e chegou até aqui com muito de sua aparência original, ou pelo menos detém um modelo de arquitetura arrojada e diferenciada das atuais, deve ter sua integridade respeitada. Sua fachada

também deve ser amplamente preservada e restaurada, e não reformada ou descaracterizada. Se assim não procede, não há sentido algum em manter nenhuma edificação antiga, seja ela da elite ou popular.

“O que a minha casa tem de histórica?”. Essa frase pode já ter sido ouvida entre os moradores que possuem imóveis dentro do perímetro histórico local, demonstrando que, para muitas delas, não faz sentido sua residência estar dentro desse discurso de preservação, pois não é enxergado nenhum fator que dê significado ao processo de tombamento, nem que seja apenas a conservação da fachada do imóvel.

“Possuo um prédio que é tombado e eu não posso usufruir dele do jeito que eu quero”. Esse também pode ser o pensamento de muitos que não entendem porque suas propriedades estão inseridas entre o conjunto de bens patrimoniais preservados. É notório que a falta de informações sobre a importância da conservação desse tipo de memória acaba causando confusões e diálogos desencontrados entre os que defendem o tombamento de imóveis e os proprietários dessas edificações.

Um fator que pode ter contribuído para a rápida transformação dos discursos voltados para manter os bens materiais de uma sociedade, pode ser analisado a partir do que propõe a autora Lucrécia D’Alissio Ferrara, quando expõe que,

[...] é necessário analisar as novas formas de ação desenvolvidas pelos meios de comunicação no mundo social e, sobretudo, as relações comunicativas que transformam as ações coletivas e o domínio individual. Porém, essa análise depende de suficiente compreensão da mudança introduzida pelos novos meios e o caminho mais concreto se concentra na comparação entre os desenhos do tempo e do espaço de ontem e de hoje e, como exemplo, estuda-se a notável transformação da funcionalidade do espaço público, entendido como manifestação cultural cujos signos se identificam nas suas características de uso (FERRARA, 2013, pp. 35-36).

As pesquisas dessa autora auxiliam no sentido de mostrar que, as cidades, tornam-se lugares de inúmeras e possíveis interpretações, principalmente por causa da velocidade de comunicação a qual estamos nos habituando, onde o mundo está cada vez mais interligado através do fenômeno da globalização. Este prodígio provocado pelo rápido avanço das informações, onde os desejos de progresso e desenvolvimento que cada sociedade passa a entender seguem essa rapidez cada vez mais informatizada, interligada e universalizada.

Ferrara ainda ressalta que,

[...] é necessário entender a dimensão histórica da nova comunicação mediada que se caracteriza como processo em curso sem metas prefixadas e onde, no atual momento, o megamundo se divide proporcionalmente entre o tempo que se encolhe e o espaço que se perde. A globalização da economia, mas, sobretudo, a desterritorialização da cultura graças às novas tecnologias da comunicação estabelecem uma sensível mudança no uso e na percepção das cidades. O espaço público urbano constitui elemento vital para caracterizar essa mudança, pois ela o leva a atingir outra etapa, inscrevendo-o como espaço público mediado. Agora, o espaço público e seu uso constituem uma curiosa variável onde se percebem ganhos e perdas que a simples constatação descritiva das características tecnológicas dos meios comunicativos não logra perceber (FERRARA, 2013, p. 36).

O importante aqui é observar que as cidades refletem os desejos de cada geração, e que estas vão modificando-a ao longo do tempo, de acordo com os seus entendimentos. Essa compreensão está ligada a partir de novas linguagens urbanas, e através de novos símbolos que determinam as identidades históricas de cada grupo em determinada época. O que pode ter sido histórico para um grupo hoje, pode perder o sentido em uma próxima geração. Todavia, vale ressaltar que, podemos inferir, de acordo com Ferrara, que as novas mídias e meios de comunicação contribuem para forjar novos pontos de identificação de uma sociedade, e que parte destas pessoas estão aptas a modificarem o espaço onde vivem, de acordo com seus interesses.

Muitas vezes, essas pessoas não levam em conta a importância que é preservar um grande acervo patrimonial e, no caso de Cajazeiras, a delimitação do centro histórico do município não trouxe consigo mecanismos de convívio entre o antigo e o moderno. Apenas serviu para cercar e identificar com uma linha imaginária o seu ponto de partida e o seu trecho final. Basta uma breve volta no centro da cidade para observarmos que cada vez mais o patrimônio arquitetônico escolhido para Cajazeiras vai sofrendo um “processo cirúrgico” e, aos poucos, ao invés de uma revitalização e exploração do potencial educativo, turístico e econômico do mesmo, o que vemos são reformas que visam empregar uma funcionalidade imobiliário-financeira no casario localizado no centro histórico local. Essas reformas que visam adequar os edifícios para as exigências do atual mercado acabam prejudicando parte da estrutura original da construção, que vai sofrendo alterações mais do que o necessário. Aos poucos, essas reformas vão devorando toda a originalidade do imóvel.

Em outra análise, é percebido que a cidade também pode funcionar como palco de uma cisão social mais exacerbada. De acordo com a historiadora Viviane Gomes de Ceballos, essa afirmação pode ser comprovada quando,

[...] o grande centro urbano dá visibilidade aos extremos sociais. Há uma clara distinção entre a pobreza e o deslumbrante mundo burguês. O pobre – sujo, amoral, fedorento – deve ser vigiado, controlado, higienizado, disciplinarizado para viver neste outro território, a cidade. Faz-se uma distinção entre o burguês desodorizado e o pobre infecto, onde o odor passa a ser sinônimo de miséria, doença e não-civilização (CEBALLOS, 2005, p. 01).

Existem também nas cidades áreas diferentes, separadas como área nobre e a periferia. A primeira se torna o reduto das elites, imóveis valorizados, região salubre e de boa infraestrutura, local onde geralmente se busca construir uma memória histórica e uma identidade. A segunda está destinada a lugar de pobreza, da falta de saneamento, do baixo valor imobiliário. Nela, talvez o termo memória patrimonial esteja completamente ausente, enquanto que na área nobre, o casario da elite ganha maior notoriedade quando a questão envolve a proteção do patrimônio histórico. Não há notícias na cidade de Cajazeiras de casas onde viveram pessoas humildes constituindo o acervo patrimonial. Somente temos as que estão dentro do perímetro histórico local, mesmo assim, os seus proprietários não mantêm ou não entendem a importância educacional que essas construções representam para a história e memória da população do município, ao manterem pelo menos a originalidade de suas fachadas.

E o centro de uma cidade? Geralmente está fadado a ser o coração financeiro dos municípios. É lá que encontramos a maioria de lojas de departamentos, de serviços e redes bancárias. Este espaço está constantemente em transformação, e é nessa perspectiva que reside uma maior ameaça aos casarões tombados.

No imaginário de algumas pessoas, quando mencionamos o termo patrimônio histórico, podemos facilmente cair numa falsa interpretação de que, geralmente, o que restou configurando como patrimônio arquitetônico de uma cidade foram residências que, em sua maioria, abrigaram vultos mais afortunados e famosos de nossa cidade. No caso de Cajazeiras, os grandes barões do algodão e outros comerciantes de destaque que fizeram fortuna e construíram a maioria dos casarões do centro, são bons exemplos disso.

Difícilmente algo relativo as residências de pessoas anônimas ou mais pobres são identificadas como algo histórico, lugar de memória. Onde estão as abóbodas? Os enfeites nas paredes? Os brasões de família? As datas de construção na fachada dessas casas? A beleza arquitetônica? As ausências de alguns desses detalhes fazem com que

as pessoas confundam a importância histórica de um determinado lugar e não as enxergue como arcabouço de histórias e memórias dos que ali conviveram. É como se o patrimônio histórico fosse comparado a um bom vinho que, de acordo com a sua procedência e o seu processo de envelhecimento, aumenta sua importância e valorização. Ainda assim, a escolha é bem seletiva, já que um “vinho barato” não conquista a mesma importância, mesmo sendo de “uma safra” bem antiga. Não nos esqueçamos que as gerações são passageiras, uma a uma, e que elas pensam os seus patrimônios e heranças culturais de acordo com suas preferências e/ou época.

Como já foi dito anteriormente, o ciclo do algodão foi providencial para o desenvolvimento local. Segundo o professor Osmar Luiz,

Muitos foram aqueles que participaram dessas empreitadas com o algodão, sertão adentro, resultando daí o desenvolvimento do perfil material da cidade, gerando circulação de dinheiro, bem como a melhoria do beneficiamento dessa cultura com a instalação da *Usina Santa Cecília*. Como consequência, o algodão gerenciado por pessoas como **Cel. Joaquim Peba, Cel. Sabino Rolim e o Major Galdino Pires** trouxe à cidade *ares de progresso*, estimulando alterações na feição urbana. As feiras, que eram realizadas desde o século XIX na pequena ‘urbe’, nos períodos de safra da pluma branca, foram acompanhadas de animada projeção. Com o algodão, a riqueza chegava a Cajazeiras definitivamente. (SILVA FILHO. 1999, p. 292).

Essa prosperidade, amplamente divulgada de forma eufórica por parte dos habitantes do município, não acompanha o sentimento de preservação da memória e do patrimônio histórico local com o mesmo efeito. Parte dessa geração do final do século XX e início do XXI se vangloria desse período de engrandecimento a qual a cidade passou, mas não busca resguardar algo que, de concreto, ultrapassou a barreira do tempo e nos chegou com suas estruturas físicas demonstrando a imponência das construções erguidas e ampliadas durante o período do chamado “ouro branco”.

Como isso pode ser percebido? É simples, o centro histórico de Cajazeiras teve sua delimitação, cuidou de circular uma área detentora de algumas casas antigas, se preocupou em identificar e mapear monumentos e construções históricas fora do perímetro central, só não providenciou mecanismos eficazes que apresentasse isso a sociedade local, nem tomou as medidas de historicizar os elementos protegidos presentes no decreto. Se houve essa historização, faltou repassar de uma forma mais ampla para os habitantes, pois o que se percebe é que, um a um, os imóveis vão desaparecendo ou tendo sua descaracterização decretada. Se ela aparece nas salas de

aula das escolas municipais, seu provável efeito será de longo prazo, correndo-se o risco de que, nesse intervalo, muitas construções sofram alterações profundas que podem modificar radicalmente o cenário histórico central do município.

De 2004 para cá, muito da paisagem histórica cajazeirense foi destruída ou alterada. Se isto ocorre, e com certa frequência, perde-se totalmente o sentido de manter uma divisão patrimonial dentro do centro da cidade. Se não for para preservar as características estruturais dos casarões, casas e monumentos tombados, identificados a partir de 2004, ano da assinatura do Decreto nº 25.140, e não promover uma história educativa voltada para o conhecimento desse passado, não há sentido em ficar com um documento que estipulou um tipo de tombamento se parte da população tem outra perspectiva sobre o assunto. Mais parece que esse decreto prescreveu apenas uma espécie de “vontade espontânea” da população em proteger e preservar o patrimônio histórico local.

De acordo com a historiadora Eliana Rolim, através de uma entrevista concedida por um personagem local que participou de algumas secretarias municipais de Cajazeiras, a preocupação de delimitar e catalogar o patrimônio arquitetônico cajazeirense teve início ainda na década de 1970, contando com a participação de algumas pessoas de destaque, como é o caso da professora Rosilda Cartaxo, que ocupava uma cadeira no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), e que o documento elaborado por esse pessoal acabou servindo de base para a delimitação do centro histórico do município pelo IPHAEP no ano de 2003.

A fala de A. N. demonstra a existência de certa preocupação por parte de alguns segmentos da sociedade cajazeirense com relação à proteção/preservação do patrimônio arquitetônico e histórico da cidade que vem se articulando já desde o final da década de 1970. A participação da professora Rosilda Cartaxo, que já era membro do IHGP, foi importante para o levantamento e o histórico do acervo arquitetônico local. Esse movimento aconteceu também na década de 1990, época em que o depoente esteve atuante na Secretaria de Planejamento do município, e perdurou até 2003, quando o IPHAEP finalmente fez o mapeamento e o tombamento do patrimônio histórico de Cajazeiras.

A existência desses fatos nos leva a acreditar também que, de uma maneira mais articulada documentalmente, esse foi o processo através do qual o IPHAEP tomou conhecimento e, conseqüentemente, se interessou em tornar o patrimônio arquitetônico e histórico de Cajazeiras.

Isso demonstra que a escolha dos limites do centro histórico local não obedeceu a nenhuma aclamação popular nem teve consulta ou indicação de historiadores locais.

Percebe-se também que faltou identificar o que é preservável e o que pode ser substituído, pois mais coincide que a delimitação do centro histórico de Cajazeiras serviu apenas para tombar por tombar, criando possíveis “ruínas urbanas” no centro da cidade.

Analisando outro discurso de Eliana Rolim, trago aqui algumas conotações observadas e expostas, as quais remetem que,

A preservação do patrimônio histórico – que desde o século XIX foi objeto de preocupações de historiadores, arquitetos e cientistas sociais, entre outros estudiosos que abordam esta temática – tem se configurado como algo importante, não apenas como objeto de estudo, mas também, como produção de conhecimento histórico significativo, bem como para a cultura histórica e a memória coletiva da sociedade (ROLIM, 2010, p. 11).

O pensamento expresso pela docente é que o tombamento e a preservação do patrimônio local não deve se resumir apenas como item de estudo, mas que deve ir além. Que a conservação seja dotada de saberes históricos.

Conforme nos aponta Silva Filho (1999), quando diz que a cidade é como “um texto que pode ser lido” os patrimônios materiais, imateriais e naturais também podem nos fornecer acesso a uma “leitura interpretativa”. Requer que profissionais da docência, que estejam ligados direto ou indiretamente a esses valores, explorem esse potencial, tornando-se sujeitos sociais transformadores capazes de despertar um sentimento de identidade entre o público alvo, os estudantes e os acervos historiográficos tombados pelo Patrimônio Histórico, quando estes se lançarem num mundo de descobertas que o conjunto patrimonial, materializado, seja em forma de casa, casebre, edifício, praça, rua etc., pode assegurar como uma ferramenta a mais no processo de ensino-aprendizagem.

Se assim procede, compartilho ideologicamente com a professora Eliana Rolim (2010), quando diz que é necessário educar para proteger o que há de histórico e importante entre nossa sociedade, para que muitas relíquias não sofram recortes ou se percam para sempre, como foi o caso da demolição da primeira casa da cidade para construção de um clube recreativo.

Porém, por tratar-se de assunto extremamente delicado ou pouco esclarecido, que divide a sociedade em opiniões diferentes, se julga necessário ampliar os debates sobre esse campo, já que não podemos reduzi-lo apenas nos processos de ensino-aprendizagem metodologicamente articulado para ser apresentado somente em sala de aula. Corre-se o risco desse assunto ser repassado de forma inadequada ou grassar apenas como uma informação intelecto-social coadjuvante, ou seja, estagnar-se sem dispor de nenhum atrativo para o público alvo, que o absorveria parcialmente de forma teórica, mas que encontraria dificuldades em pô-lo em prática.

Conforme o livro “Educação Patrimonial: histórico, conceito e processos”, produzido por diversos autores e colaboradores no ano de 2014, sendo lançado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), temos algumas informações pertinentes quanto a questão do uso de mecanismos educacionais como forma de auxiliar na preservação dos diversos tipos de patrimônios históricos existentes, já que,

Nos últimos anos, multiplicaram-se iniciativas educacionais voltadas à preservação patrimonial. Ao se adotar a expressão Educação Patrimonial, uma grande variedade de ações e projetos com concepções, métodos, práticas e objetivos pedagógicos distintos foi realizada por todo o país. Não obstante a extrema pertinência e a importância dos resultados alcançados por essas iniciativas, nem sempre se discerne uma orientação programática definida, subjacente a esse conjunto heterogêneo: ações pontuais e esporádicas de promoção e divulgação se acotovelam com propostas educativas continuadas, inseridas na dinâmica social das localidades; projetos e encontros, materiais de apoio, cadernos temáticos e publicações resultantes de oficinas se misturam a práticas significativas em que esses materiais não constituem um fim em si mesmo; ao contrário, compõem partes de processos educativos (IPHAN, 2014, p. 18).

Neste caso, as propostas tendem a estar em constante mutação, sempre buscando prescrever as melhores formas e alternativas mediante a introdução de trabalhos acadêmicos, oficinas didáticas e outros tipos de apoios educacionais que busquem privilegiar a melhor maneira de ensinar como manter os perfis históricos dos patrimônios, no caso o material, principalmente aquele constituído entre as construções arquitetônicas, sem que para isso ocorra o risco de criarmos uma “fábrica de velharias” nos centros das cidades. Basicamente é um fenômeno que ocorre no município de Cajazeiras, pois não é notada nenhuma forma educacional efetiva que privilegie o centro histórico local, mostrando o seu real sentido para a classe estudantil e demais

comunidades. Sem esse tipo de interlocução entre os indivíduos sociais e suas respectivas histórias e memórias provenientes dos casarios e monumentos antigos a constituição de um perímetro histórico e o conjunto de casas que o formam, torna-se difícil promover uma melhor interação entre o público alvo e o conceito historiográfico que os patrimônios históricos podem conceber e/ou estabelecer.

É essencial também lembrar que, uma vez o patrimônio histórico local definido e inserido como material pedagógico dentro de uma sala de aula, mesmo com os melhores mecanismos possíveis de repasse de conhecimento, vá introduzir um pensamento uníssono entre aqueles ouvintes, como se tudo pudesse ser resolvido num simples estalar de dedos. Outras alternativas de preservação devem ser apresentadas para a população, principalmente àquela detentora de alguma construção tombada pelo Patrimônio Histórico.

Isenção de Imposto Territorial e Urbano (IPTU), campanhas publicitárias para preservação patrimonial, identificação atualizada dos imóveis e monumentos históricos com criação de selos ou placas que ajudem a identificar cada um e o porquê de sua preservação, criação de eventos voltados para a educação e conservação patrimonial, criação de um livro didático amplamente voltado para a história local e que aborde também todo o conjunto de bens históricos do município, bem como rever o que realmente pode ser considerado histórico, e não apenas os feitos e realizações das elites locais, além de promover maiores detalhes sobre o conjunto patrimonial local, melhorando a comunicação entre a população, os setores competentes da prefeitura e dos órgãos reguladores do Patrimônio Histórico, como o IPHAEP e o IPHAN, no processo de fiscalização e concessões, todos estes podem agir como mecanismos utilizados para ampliar os cuidados com a memória e a história local, prevenindo perdas irreparáveis para o nosso patrimônio cultural.

A historidora Eliana Rolim ainda atesta que,

Contudo, o que deve ser preservado não é somente representado pelas construções mais bonitas e imponentes, erguidas seguindo os grandes estilos arquitetônicos ou como marcos do poder sociopolítico e econômico de seus construtores, mas também construções que sejam compatíveis com as memórias dos grupos, que lembrem as pessoas sobre algo que, para elas, seja importante lembrar.

Para que o patrimônio histórico possa ser visto, realmente, como parte de uma memória e de uma identidade histórica, tanto pelos grupos que convivem em seu entorno, como pelas comunidades que o mantém com uma

relação de utilização, é necessário a essas sociedades conhecer e “tomar posse” desse patrimônio. Para isso, é necessário também que se entenda o processo pelo qual um objeto se torna patrimônio e quem o determina desse modo. Outros questionamentos em relação à idéia de serventia, existência e preservação também são importantes de modo que as pessoas possam conhecer e se tornar coparticipantes da preservação do patrimônio histórico de sua cidade. Daí o significativo papel da educação patrimonial tendo em vista a necessidade e urgência em conscientizar a população sobre a importância da preservação do patrimônio histórico (ROLIM, 2010, p. 88).

A análise da docente nos revela que, para ser considerado patrimônio histórico, não precisa ser uma obra imponente, antiga, pertencente a um grande vulto local. Basta que nela seja reconhecida vínculos sociais e importância histórica para a sociedade e que esta reclame o seu tombamento e/ou registro.

Todavia, apesar desse intento da docente, podemos identificar que, no caso de Cajazeiras, a delimitação do seu centro histórico pode ter seguido uma espécie de “tombamento tradicional”, o que justifica que, a maioria das casas tombadas são sim, as que apresentam um aspecto arquitetônico diferenciado, envelhecido, com detalhes na fachada que chamam a atenção de quem às observa. Esse pode ser o motivo que leva muitas pessoas a protestarem quanto a suas casas fazerem parte do perímetro histórico do município, pois as mesmas, além da fachada antiga, não identificam nada que possa configurar como histórico nelas.

Esse sentimento também é expresso por Eliana Rolim, quando atesta que:

Contudo, o desafio desse novo século é fazer com que as comunidades que convivem diariamente com esses bens culturais sintam-se responsáveis por eles e descubram o valor que possuem. Isso pode ocorrer a partir da implantação de políticas públicas de Educação Patrimonial que visem tornar a população uma aliada, em potencial, do processo de salvaguarda de um patrimônio que, mesmo entendido como um espaço de construção de significados e representações simbólicas, parece não despertar interesse geral do público que convive em seu entorno (ROLIM, 2010, p. 12).

Se a distância dos órgãos reguladores, no caso da Paraíba, o IPHAEP e o IPHAN, é um dos principais empecilhos que atrapalham as fiscalizações, o investimento em adaptar as escolas municipais visando a proteção patrimonial se torna ainda mais necessária. O desconhecimento de grande parte da população sobre essa importância é um dos fatores que mais contribui para o esquecimento e provável destruição dos patrimônios.

Em uma matéria intitulada “IPHAEP aciona Prefeitura de Cajazeiras no MP por descumprimento de embargo de obra”, publicada por um site de notícias no dia 11 de novembro de 2011³⁶, é possível perceber o quanto alguns gestores públicos não tomam ciência da importância para a historiografia local em manter o máximo possível de construções históricas erguidas, com suas características de época. Pelo menos foi o que ocorreu durante o episódio da modificação do cenário urbano da Praça Coração de Jesus, localizada entre as ruas Padre José Tomaz, Juvêncio Carneiro e Padre Manoel Mariano no centro de Cajazeiras, popularmente conhecida como “Praça dos Táxis”, local de concentração de parte dessa categoria. A prefeitura municipal, que deveria trabalhar na preservação ou pelo menos respeitar a legislação vigente quanto as obras e objetos que compõem o delimitado centro histórico, acabou realizando a obra de forma autoritária, inclusive desrespeitando o embargo solicitado ao Ministério Público da Paraíba pelo IPHAEP. Apesar disso, a obra seguiu e esse trecho foi reconfigurado. Provavelmente esse episódio ocorreu em meio a disputas político-partidárias, já que alguns comerciantes que eram contrários a administração do prefeito à época, Carlos Rafael, utilizaram de panfletagem contra esse tipo de reforma.

Em alguns casos, os administradores locais e alguns empresários donos de grande parte dos prédios históricos de uma cidade, estão sempre dispostos a uma “queda de braço” com as instituições de proteção do patrimônio histórico e cultural. Ao invés de destruir o patrimônio, o poder público deve elaborar melhorias e projetos que visem a ampliação da proteção patrimonial dos bens tombados.

Na reportagem é possível verificar um desconforto gerado entre aquele que regula e aquele que quer remodelar um determinado espaço, mesmo este sendo reconhecidamente protegido por lei contra descaracterizações.

O diretor executivo do IPHAEP – Aníbal Vital confirmou ontem, sexta-feira (11), que o órgão protocolou no Ministério Público uma ação contra a Prefeitura de Cajazeiras, por descumprimento do embargo das obras da Praça Coração de Jesus.

Segundo o diretor, a Prefeitura não apresentou ao IPHAEP o projeto arquitetônico com todos os seus detalhes e mesmo assim iniciou a obra, que foi embargada, mas continua em atividade, desrespeitando uma determinação oficial do órgão.

³⁶ Notícia do site Folha Vip de Cajazeiras, reproduzida pelo blog Notícias de Cajazeiras. Disponível em: <<http://noticiasdecajazeiras-claudiomar.blogspot.com.br/2011/11/iphaep-aciona-prefeitura-de-cajazeiras.html>> Acessado em 17/01/2015.

O Ministério Público após análise da ação, poderá solicitar a Caixa Econômica o bloqueio dos recursos destinados a construção da Praça Coração de Jesus. (Matéria jornalística da Folha Vip de Cajazeiras, 12/11/2011).

A matéria, que é datada de 2011, mostra que sete anos após o decreto que demarcou o centro histórico do município o cenário urbano continua sendo alterado, levando consigo obras já tombadas. Isso indica também que quem deveria cuidar do patrimônio, acabou descaracterizando o lugar e que durante esse período, o patrimônio histórico cajazeirense veio sofrendo modificações ao longo do tempo. Independentemente do resultado do processo protocolado pelo IPHAEP, o processo de revitalização da Praça Coração de Jesus foi levado adiante sendo posteriormente concluído. Apesar da mesma já ter sofrido inúmeras modificações ao longo do tempo, não significa que ela estaria apta a receber mais uma reformulação, já que ela é um bem patrimonial tombado e só com o aval do órgão regulador, o IPHAEP, a reforma poderia ter tomado segmento. O motivo alegado à época era o de modernização do espaço, com a criação de boxes para estabelecimentos comerciais e um melhor estacionamento para os taxistas, já que a praça serve como ponto desse ramo de transporte (**imagens 23 e 24**), e com isso melhorar o escoamento do trânsito local.





Imagens 23 e 24 – Praça Coração de Jesus totalmente reformada. Acervo: Google Street View. Acesso em 12/06/2015.

É difícil definir algo tão complexo, pois o que valerá mais na busca pela preservação de algo histórico, parece ser o bom senso, que leva, às vezes, à pequenas “pinçeladas de modernidade” ao ambiente histórico. A real necessidade de se cumprir a lei e buscar enaltecer a obra com suas “vestimentas originais”, mexendo apenas onde é tolerado, aqui, fica em segundo plano.



Imagem 25 – Praça Coração de Jesus ainda com sua característica anterior a última reforma, com os tapumes circulando e isolando o local. Acervo: João Santos. Disponível em: <<http://www.s1noticias.com/praca-coracao-de-jesus-e-reformada-em-cajazeiras-pb.html#axzz3qvROgEWA>> Acessado em: 07/11/2015.

Em outra matéria intitulada “O resgate histórico da Terra que ensinou a Paraíba a ler”, assinada pela professora da Rede Pública Estadual, Maria do Carmo, temos o seguinte trecho:

Com relação à arquitetura antiga de Cajazeiras poucas marcas existem, umas foram demolidas ganhando caracterização do presente ocultando os antecedentes históricos da cidade; outras estão mal conservadas e perdendo a sua originalidade. [...] É inconcebível que na “Terra da Cultura” há a ociosidade referente a um local de fundamental importância comprovando a origem do existir de tantos que colaboraram para o engrandecimento da cidade e ao mesmo tempo estabelece um canal de familiaridade das gerações do presente com o passado, possibilitando o acompanhamento da evolução e das transformações, base das futuras construções no qual são conservados o passado e o presente que virá a ser passado sendo alicerces dos sonhos futuros. Conhecer e conservar o passado é cultura (Coluna publicada no site Diário do Sertão, em 21/08/2014).

Podemos perceber em sua fala um discurso que denuncia a falta de compromisso da sociedade cajazeirense com o seu patrimônio histórico. Ela também aponta para a força que tem a expressão “Terra da Cultura”, que muitos cajazeirenses e cajazeirados se orgulham, mas que na prática perde consistência por haver a ausência de algo como um memorial ou um museu no município que justifique essa expressão.

Na verdade, todo centro histórico pode ser considerado um “museu a céu aberto”. O que acontece em Cajazeiras é que esse tipo de patrimônio não está sendo aproveitado de maneira adequada. Uma saída viável seria trabalhar o centro histórico local e todo o seu acervo através de estudos de campo, onde uma verdadeira aula patrimonial seria executada. Levar os alunos ou até mesmo a população a visitar esse lugar, com o intuito de fazê-los enxergar nessas construções e monumentos memórias históricas de gerações anteriores que devem ser perpetuadas, já seria outro grande passo a ser alcançado no processo de instrução de conservação patrimonial.

Um discurso bem diferente sobre preservação do patrimônio histórico cajazeirense pode ser observado em um artigo com o título “Prédio histórico de Cajazeiras está sendo restaurado”, publicado no site da Rádio Alto Piranhas.

Recentemente matéria neste jornal registrava o estado de abandono de alguns prédios históricos que ainda existem no centro da cidade, entre eles o prédio onde funcionou o Hotel Oriente, o Colégio Objetivo e por último, o CAPS. O prédio fica situado na esquina das ruas Francisco Bezerra e Tenente Sabino, no centro de Cajazeiras e está passando por uma reforma completa. Além de um novo teto, todas as paredes divisórias foram derrubadas, entretanto, a

fachada externa foi preservada em seus traços característicos da época de sua construção e minimamente alterada (Gazeta do Alto Piranhas, 30/05/2014).

A edificação em questão é um dos prédios da família do coronel Peba, que já foi mencionada no capítulo II deste trabalho (**imagens 11, 12 e 13, pp. 54-55**). É possível perceber que o termo “reformado” é empregado no texto. Também é mencionado que a fachada do prédio foi “minimamente alterada”. Diante deste caso, reforço que a troca dos antigos janelões por portas não pode ser encarada como uma simples modificação. Se formos resumir esse tipo de alteração como algo mínimo estaremos abrindo brechas para novas deformações nas nossas construções históricas tombadas.

Observemos a fotografia a seguir.

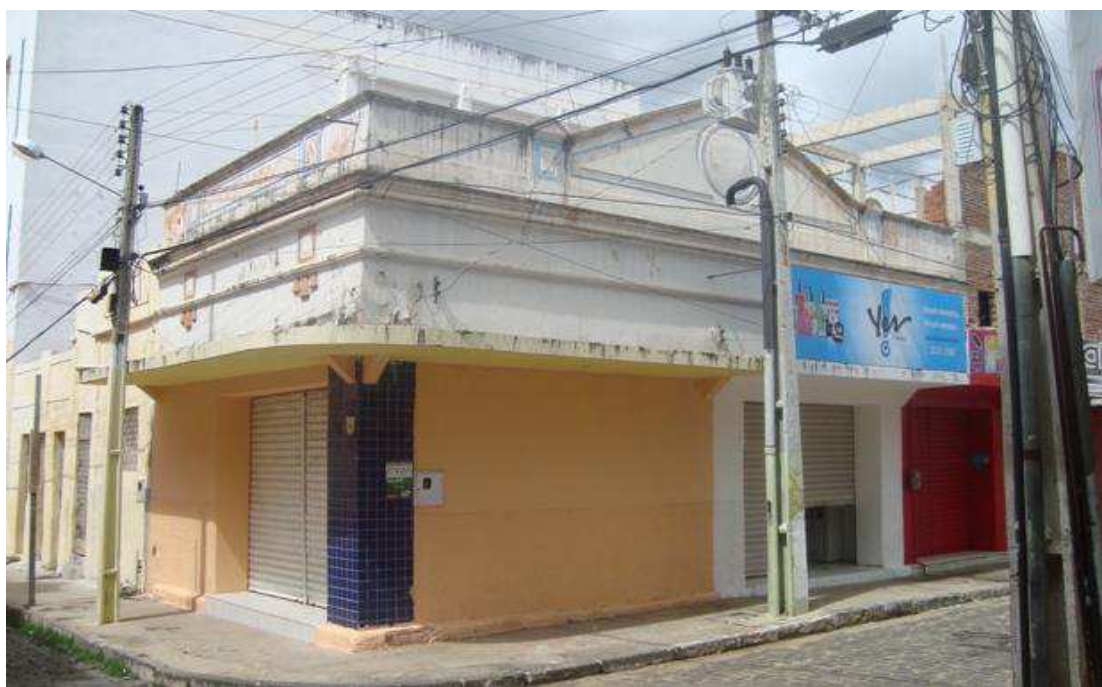


Imagem 26 – imóvel ao lado do antigo Hotel Oriente. Acervo: Francisco Álisson de Oliveira. 07/08/2010.

A imagem acima é de um prédio comercial que fica localizado na esquina ao lado do antigo Hotel Oriente, na Travessa Francisco Bezerra. É percebido que, na fachada desse imóvel, a parte de cima mantém um pouco de sua característica original, enquanto que a parte de baixo já sofreu uma descaracterização profunda, inclusive o mesmo prédio foi dividido em vários boxes para receber departamentos comerciais diferentes. As alterações comprometeram totalmente a originalidade do imóvel. Isto nos levar a entender que, neste caso, a simples troca de janelões do antigo Hotel Oriente por

grandes portas não pode ser vista como uma “alteração mínima”. Afinal, existe um limite entre mudar pouco e mudar muito a fachada de um imóvel tombado? Este é outro problema que os órgãos reguladores do patrimônio histórico enfrentam e, pelo menos no caso de Cajazeiras, não estão conseguindo dar uma resposta. Não há uma definição clara do que pode ou não ser alterado dentro do perímetro histórico. O que existe, além do embargo de obras, se estas forem comprovadas como ilegais, é a aplicação de multas, e as vezes o valor da multa aplicada é irrisório, visto que a transformação de uma construção histórica através da especulação imobiliária pode render muito mais. É na ausência de punições mais severas que muitas pessoas se agarram para destruir ou descaracterizar profundamente um imóvel tombado.

Eliana Rolim (2010) remete que,

[...] a preservação do patrimônio histórico não deve servir apenas para alimentar uma indústria turística ou manipular a cultura histórica de uma comunidade, de acordo com o interesse de entidades dominantes, mas sim, estar relacionada com a memória coletiva (ROLIM, 2010, p. 130).

Isso significa dizer que a preservação do patrimônio histórico não deve ser reduzida a algo que só faz sentido para as elites dominantes de um determinado lugar, nem tampouco ficar refém de um projeto turístico como única forma de exaltar as belas obras. É necessário que elas “falem por si” e que representem historicidades entre as memórias e lembranças que privilegiem a necessidade de manter um patrimônio erguido e funcionando.

Sobre isto, o IPHAN prevê que,

Para tanto, as políticas de preservação devem priorizar a construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes institucionais e sociais e pela participação das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais. Nesse processo, as iniciativas educativas devem ser encaradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente (IPHAN, 2014, p. 19).

Tombar por tombar para estagnar uma obra histórica, como aconteceu com o Edifício O.K., em Cajazeiras, por exemplo, que corre o risco de desmorronar, não é uma boa saída. É necessário adentrar no universo da educação patrimonial e outros

mecanismos viáveis de proteção. Algo que dê consistência ao projeto de preservação patrimonial.

Concernente a isto, a historiadora Eliana Rolim (2010) se posiciona que, “Dessa maneira, pode-se dizer que o patrimônio, sendo um lugar de memória, deve ser entendido como um aspecto de considerável importância para a constituição das diversas identidades de uma determinada comunidade” (ROLIM, 2010, p. 13).

Por sua vez, o IPHAN prescreve um outro modo de integração e um novo olhar sobre os objetos patrimoniais, sejam eles materiais, imateriais e naturais, quando afirma que,

Na mesma direção, é fora de dúvida que as experiências educativas são mais efetivas quando integradas às demais dimensões da vida das pessoas. Em outras palavras, devem fazer sentido e ser percebidas nas práticas cotidianas. Em lugar de preservar lugares, edificações e objetos pelo seu valor em si mesmo, em um processo de reificação, as políticas públicas na área deveriam associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados (IPHAN, 2014, p. 20).

Portanto, é de extrema importância que os bens tombados ganhem algo mais que apenas uma “proteção isolante” contra deformações, ou um pedaço de papel como garantia de que não será descaracterizado ou destruído. É essencial que eles sejam explorados em sua totalidade, evidenciando principalmente o seu potencial econômico e educativo, transformando-se em objetos dotados de inteligibilidade, memória e identidade. Algo esclarecedor para a sociedade e não um item obscuro sem sentido. Ou em outras palavras, um empecilho no meio da rota do progresso.

Palavras finais

Em uma “aldeia urbana”, vivemos cercados por diversos tipos de construções. Casas, prédios, palacetes, pontos comerciais, praças, áreas de lazer, entre outras, configuram o cenário local, uns chamando mais atenção por suas peculiaridades arquitetônicas, por seu aspecto antigo ou por um semblante simples e único, que atravessou décadas e até mesmo séculos, chegando até nós com minúsculas alterações, e outras já descaracterizadas, substituídas e/ou totalmente remodeladas, objetivando se adequarem a nova ordem que a especulação imobiliária exige ou a busca desenfreada por atuais acomodações e gerenciamento de espaços comerciais que são requisitadas nestas primeiras décadas do século XXI.

Muitas vezes, basta que uma construção seja bem envelhecida e tenha alguns detalhes na sua fachada e nas esquadrias que chamem a atenção para que parte da população a confunda como algo único e apto a receber tombamento e proteção dos órgãos que regulam o Patrimônio Histórico. Essa confusão deixa transparecer a falsa ideia de que basta um imóvel ser antigo e possuir essas características, já estará suficientemente enquadrado no rol das belas edificações que ressaltam a memória da sociedade local. Parece que outros lugares “menos enfeitados” não guardam consigo parte de uma historiografia, seja ela individual ou coletiva. Parece que nos falta um direcionamento educacional adequado para sabermos discernir os componentes que levam a proteção patrimonial de bens considerados históricos.

De acordo com o professor Francisco Silva Noelli,

A educação patrimonial é um tema ausente ou pouco comum na atual agenda do ensino básico e médio brasileiro. Isso também é resultado de uma conjuntura que impõe dificuldades ao que, em última instância, chamamos de “cultura brasileira”, incluindo aí a preservação de prédios e espaços históricos, objetos diversos, paisagens naturais e outros elementos. Não se trata apenas de legislação específica e verbas (ou da sua ausência!), mas da consciência histórica que permite valorizar/preservar a cultura material e a memória da nossa sociedade e de outras que nos precederam em nível local, regional ou nacional (NOELLI, 2004, p. 1413).

Entende-se que, nesse sentido, a introdução de uma educação patrimonial nas grades curriculares do chamado ensino de base, pode ser uma ferramenta importante para ajudar no processo de resguardar o conjunto de patrimônios históricos de um determinado povo, porém, esse item sozinho pode não ser suficiente para “criar” um

sentimento de “apropriação historicizante coletiva” de determinado imóvel, objeto material e imaterial protegidos no sentido de preservar esse tipo de fonte histórica.

Vale ressaltar que os edifícios históricos tombados requerem uma manutenção periódica em suas estruturas, para mantê-los firmes e não comprometer suas paredes e fachadas, garantindo-lhes uma vida útil por muito mais tempo. Tais atributos têm um custo elevado, muitas vezes chegando a ser mais econômico para o proprietário demolir e reconstruir um outro modelo de imóvel ou modificar totalmente a fachada. As principais transformações observadas em muitos dos casarios históricos ocorrem na parte inferior da fachada e/ou na substituição de esquadrias.



Imagem 27 - Aqui temos o exemplo de uma edificação no centro de Cajazeiras, na Rua Juvêncio Carneiro, onde funciona a farmácia Coração de Jesus. Podemos notar que a parte inferior da fachada do prédio foi totalmente remodelada para atender os padrões atuais de alguns estabelecimentos comerciais. Na parte superior permaneceu a antiga estrutura. Acervo: Francisco Álisson de Oliveira. Em 07/08/2010.

Em 2007, ainda na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Governo Federal em parceria com o Ministério do Planejamento elaborou o Plano de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas³⁷ voltado para promover a preservação de locais

³⁷ Ver: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>> Acesso em: 10/11/2015.

considerados históricos através de investimentos financeiros. Em 2013, esse plano ganhou uma nova versão durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, e foi batizado de PAC2 – Cidades Históricas³⁸. Essa medida, porém, se resume a uma ajuda de custo apenas para grandes centros urbanos ou cidades consideradas patrimônios nacionais e/ou mundiais. Na Paraíba, por exemplo, apenas a capital João Pessoa está sendo atendida por esse programa até o presente momento³⁹.

Por outro lado, o IPHAN expõe a existência de alternativas que auxiliam na preservação de bens tombados. Sobre a existência de algum incentivo fiscal para proprietários de bens tombados, o órgão pronuncia que,

No Imposto de Renda de Pessoa Física, podem ser deduzidos 80% das despesas efetuadas para restaurar, preservar e conservar bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Para tanto, é necessária aprovação prévia do orçamento, pelo Iphan, e certificado posterior de que as despesas foram efetivamente realizadas e as obras executadas. Essa dedução foi limitada, em 1994, a 10% da renda tributável. No caso de pessoa jurídica, podem ser deduzidas 40% das despesas. Essa dedução foi limitada, no mesmo ano, a 2% do imposto de renda devido. Existem alguns municípios que dão incentivos fiscais específicos para conservação dos bens tombados, ou isentam seus proprietários do IPTU (IPHAN, sessão “Perguntas Frequentes”).

Esse mecanismo ainda é pouco difundido entre proprietários de imóveis tombados, ou não está disponível para atingir todas as áreas de proteção cobertas pelo IPHAN, como é o caso do PAC – Cidade Históricas, que dá suporte apenas as cidades consideradas patrimônios nacionais ou mundiais, como já foi citado.

O desafio atual para essa área da História, que é o Patrimônio Histórico, ainda se mantém complexo, mas aos poucos, ações estão vindo à tona para melhorar as medidas de proteção patrimonial. Espera-se que esses suportes tenham efeito com certa brevidade, pois muito do que é histórico está se dissolvendo com o tempo rapidamente, correndo-se o risco de co-existir pouquíssimas obras do passado do povo brasileiro com estruturas atuais. Todavia vale mais uma vez ressaltar que uma revisão no que é considerado histórico, principalmente entre os acervos históricos materiais é de suma

³⁸

Ver: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Folder%20PAC2%20Cidades%20Hist%C3%B3ricas.pdf>> Acessado em: 10/11/2015.

³⁹ Lista das 44 cidades atendidas, até o presente momento por esta fase do PAC – Cidades Históricas: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/245>>

importância, para não resumi-los apenas aos grandes feitos da elite, deixando outras camadas sociais de fora desse processo.

Observando a nossa volta obras da construção civil e a diversidade arquitetônica que nos cerca, nos vemos em um universo de contrastes historiográficos entre as edificações que se sucedem, e é nesse clima de variações e formas diversificadas que encontramos signos de uma identidade passada. Não precisa ser demasiado velho para ser histórico, não precisa ser uma obra imponente e ter pertencido a um morador abastado da localidade para grassar no rol dos conjuntos patrimoniais materiais, basta que seja nela reconhecida memórias e identidades outras, de afortunados e anônimos, e que a sociedade local julgue o que deve ser preservado ou modificado, desde que para isso se tenha pleno conhecimento de causa, evitando assim permanecer a proteção patrimonial apenas nos gostos individuais e no “achismo” pessoal.

Compactuando com o que diz a epígrafe do início deste trabalho, sim, “é possível construir o futuro sem destruir o passado”, mas para que isso ocorra é necessário criar alternativas atingíveis, que reflitam as realidades de cada setor que protege o patrimônio histórico e cultural de um povo.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, José Antônio de. **Placa de Inauguração do Mercado Público de Cajazeiras**. Disponível em: <<http://ac2brasil.blogspot.com.br/2015/02/o-professor-tem-razao-alo-autoridades.html>> Acessado em: 13/06/2015.

ALENCAR, José Gomes. **Cajazeiras e sua história**. Cajazeiras: (sem editora), 2010.

ANDRADE, Mário de. **Missão de Pesquisas Folclóricas**. Disponível em: <<http://ww2.sescsp.org.br/sesc/hotsites/missao/>> Acessado em: 12/04/2015.

APOLLO 11. **Mapas de satélite**. Disponível em: <http://www.apollo11.com/satmap2_cidades.php?citynum=2595> Acessado em: 12/06/2015.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. 1ª reimpressão. SP: Companhia das Letras, 1997.

BR 230. Disponível em: <<http://portodecabedelo.com.br/paginas/exibir/id/16>> Acessado em: 04/11/2015.

Cariri Cangaço. **“Manifestações do Brasil pela restauração da Casa do Jacu”**. Artigo disponível em: <<http://cariricangaço.blogspot.com.br/2013/07/manifestacoes-do-brasil-pela.html>> Acessado em: 11/06/2015.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. **“E a história se fez cidade...”**: a construção histórica e historiográfica de Brasília / Viviane Gomes de Ceballos. - Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Coisas de Cajazeiras. **A Praça da Sé e a Catedral de Cajazeiras**. Disponível em: <<http://coisasdecajazeiras.com.br/?p=4337>> Acessado em 12/11/2014.

DUARTE, Sebastião Moreira. **Do miolo do sertão: a história de Chico Rolim contada a Sebastião Moreira Duarte**. João Pessoa: GRAFSET, 1988.

Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/>> Acessado em: 12/04/2015.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. O espaço público como meio comunicativo. In: **A cidade e a imagem**. Organizado por Carlos Costa e Dulcilia Schroeder Buitoni - Jundiaí, SP: Editora In House, 2013. Pp. 35-49.

Folha VIP de Cajazeiras. **IPHAEP aciona Prefeitura de Cajazeiras no MP por descumprimento de embargo de obra**. Disponível em: <<http://noticiasdecajazeiras-claudiomar.blogspot.com.br/2011/11/iphaep-aciona-prefeitura-de-cajazeiras.html>> Acessado em 17/01/2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Edmundo Cordeiro e António Bento. Éditions Gallimard, Paris, 1971.

Google Street View. **Ruas cajazeirenses.** Disponível em: <http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php?citynum=2595> 2015.

GOMES, Francisca Pereira Martins. **Os 80 Anos do Ataque do Guerrilheiro Sabino.** 2008. Disponível em: <<http://lentscangaceiras.blogspot.com.br/2008/11/os-80-anos-do-ataque-do-guerrilheiro.html>> Acessado em: 08/05/2015.

IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>> Acessado em: 12/04/2015.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 4. Ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LEITÃO, Deusdedit. **Inventário do Tempo. Memórias.** – João Pessoa: Empório dos Livros, 2000.

_____. **Ruas de Cajazeiras.** – Cajazeiras: Gráfica Ideal, 2005.

_____. **Vida e obra do Padre Rolim:** Edição comemorativa aos 200 anos de nascimento do Padre Inácio de Sousa Rolim. – Brasília: Senado Federal, 2000.

MARIANO, S.C.R. **Signos em confronto:** o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos 20. Dissertação de Mestrado. UFPE, 1999.

MOURA, Christiano. **Revista Oba!** Alargamento da Rua Padre José Tomaz. Disponível em: <<http://revistaoba.zip.net/>> Acessado em 05/05/2015.

NOELLI, Francisco Silva. **Educação Social.** Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1413-1414, Set./Dez. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O IPHAEP e a produção do patrimônio cultural paraibano.** Cadernos do CEOM – Ano 22, n. 30 – Políticas Públicas: memórias e experiências. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/450/287>> Acesso em 11/07/2014).

Ouro branco. **Significado do termo.** Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/ouro-branco>> Acessado em: 12/04/2015.

Patrimônio Histórico. Disponível em: http://www.suapesquisa.com/o_que_e/patrimonio_historico.htm (acessado em 14/11/2010).

PIRANHAS, Gazeta do Alto. **Prédio histórico de Cajazeiras está sendo restaurado.** Disponível em: <<http://www.radioaltopiranhas.com.br/?p=6857>> Acessado em: 12/06/2015.

_____. **Inauguração do “motor da luz” de Cajazeiras.** Disponível em: <<http://coisasdecajazeiras.com.br/?p=13535>> Acessado em: 02/01/2015.

PIRES, Heliodoro. **Padre Mestre Inácio Rolim: um trecho da colonização do Norte brasileiro e o Padre Inácio Rolim.** 2ª Ed. Atualizada, com introdução e notas de Sebastião Moreira Duarte. Teresina: Gráfica Estado do Piauí, 1991.

Portal Férias. **Busto do Padre Inácio de Souza Rolim.** Disponível em: <http://www.ferias.tur.br/fotogr/102644/bustodepadrерolimporgisalimm/cajaeiras/> Acessado em: 12/06/2015.

Rede Viação Cearense. **Ferrovias.** Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1965-Rede-de-Viacao-Cearense.shtml> Acessado em: 04/11/2015.

REIS, José Carlos. A escola metódica, dita “Positivista”. In.: **A História entre a filosofia e a ciência.** 3ª Ed. Belo Horizonte: Atlântica, 2004. Pp. 15-32.

_____. O surgimento da “Escola dos Annales” e o seu “programa”. In.: **Escola dos Annales – a inovação em história.** – São Paulo: Paz e Terra, 2000. Pp. 65-90.

ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras - PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial.** Dissertação (mestrado) PPGH/ CCHLA/ UFPB. Eliana de Souza Rolim. - João Pessoa, 2010.

S1 Notícias. **Praça Coração de Jesus é reformada em Cajazeiras.** Disponível em: <http://www.s1noticias.com/praca-coracao-de-jesus-e-reformada-em-cajazeiras-pb.html#axzz3qvROgEWA> Acessado em: 07/11/2015.

SANTANA, Maria do Carmo. **O resgate histórico da Terra que ensinou a Paraíba a ler.** Disponível em: <http://www.diariosertao.com.br/artigos/coluna/maria-do-carmo/sertao/o-resgate-historico-da-terra-que-ensinou-a-paraiba-a-ler-/20140821164102> Acessado em: 12/06/2015.

SECULT - Secretaria de Estado da Cultura. **O Que é Tombamento.** Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/patrimonio-historico/pro-memoria/o-que-e-tombamento> (acessado em 14/11/2010).

SEVERO, Manoel. **Casa Grande da antiga Fazenda Jacu.** Disponível em: <http://cariricangaco.blogspot.com.br/2013/06/nazarezinho-e-magia-do-segundo-dia-de.html> Acessado em 07/11/2015.

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **Na cidade da Parayba, o percurso e as tramas do moderno (1892-1928).** Tese (Doutorado em História). Universidade de Pernambuco. Recife, 1999.

Anexos

Anexo 01 – INFORMAÇÕES SOBRE TOMBAMENTO

1 - O que é tombamento?

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

2 - O que pode ser tombado?

O tombamento pode ser aplicado aos bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental, quais sejam: fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas etc. Somente é aplicado aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva.

3 - Quem pode efetuar um tombamento?

O tombamento pode ser feito pela união, por intermédio do instituto do patrimônio histórico e artístico nacional, pelo governo estadual, por meio do instituto do patrimônio histórico e artístico do estado ou pelas administrações municipais, utilizando leis específicas ou a legislação federal.

4 - O ato do tombamento é igual à desapropriação?

Não. São atos totalmente diferentes. O tombamento não altera a propriedade de um bem, apenas proíbe que venha a ser destruído ou descaracterizado. Logo, um bem tombado não necessita ser desapropriado.

5 - Um bem tombado pode ser alugado ou vendido?

Sim. Desde que o bem continue sendo preservado. Não existe qualquer impedimento para a venda, aluguel ou herança de um bem tombado. No caso de venda, deve ser feita uma comunicação prévia à instituição que efetuou o tombamento, para que esta manifeste seu interesse na compra do mesmo.

6 - O tombamento preserva?

Sim. O tombamento é a primeira ação a ser tomada para a preservação dos bens culturais, na medida que impede legalmente a sua destruição. No caso de bens culturais, preservar não é só a memória coletiva, mas todos os esforços e recursos já investidos para sua construção. A preservação somente se torna

visível para todos quando um bem cultural se encontra em bom estado de conservação, propiciando sua plena utilização.

7 - O que é “entorno” de imóvel tombado?

É a área de projeção localizada na vizinhança dos imóveis tombados, que é delimitada com objetivo de preservar a sua ambiência e impedir que novos elementos obstruam ou reduzam sua visibilidade. Compete ao órgão que efetuou o tombamento estabelecer os limites e as diretrizes para as intervenções, nas áreas de entorno de bens tombados.

8 - Tombamento de edifícios ou bairros inteiros “congela” a cidade impedindo sua modernização?

Não. A proteção do patrimônio ambiental urbano está diretamente vinculada à melhoria da qualidade de vida da população, pois a preservação da memória é uma demanda social tão importante quanto qualquer outra atendida pelo serviço público. O tombamento não tem por objetivo “congelar” a cidade. De acordo com a constituição federal, tomar não significa cristalizar ou perpetuar edifícios ou áreas, inviabilizando toda e qualquer obra que venha contribuir para a melhoria da cidade. Preservação e revitalização são ações que se complementam e, juntas, podem valorizar bens que se encontram deteriorados.

9 - O tombamento é uma ato autoritário?

Não. Em primeiro lugar o tombamento, como qualquer outra lei federal, estadual ou municipal, estabelece limites aos direitos individuais com o objetivo de resguardar e garantir direitos e interesses de conjunto da sociedade. Não é autoritário porque sua aplicação é executada por representantes da sociedade civil e de órgãos públicos, com poderes estabelecidos pela legislação.

10 - É possível qualquer cidadão pedir um tombamento?

Sim. Qualquer pessoa física ou jurídica pode solicitar, aos órgãos responsáveis pela preservação, o tombamento de bens culturais e naturais.

11 - Como é um processo de tombamento?

O tombamento é uma ação administrativa do poder executivo, que começa pelo pedido de abertura de processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. Este processo, após avaliação técnica preliminar, é submetido à deliberação dos órgãos responsáveis pela preservação. Caso seja aprovada a intenção de proteger um bem cultural ou natural, é expedida uma notificação ao seu proprietário. A partir desta notificação o bem já se encontra protegido legalmente, contra destruições ou descaracterizações, até que seja tomada a decisão final. O processo termina com a inscrição no livro tombo e comunicação formal aos proprietários.

12 - Existem prazos determinados para a deliberação final de um processo de tombamento?

Não. Por se tratar de uma decisão importante e criteriosa, muitos estudos devem ser realizados para instrução do processo e, conforme sua complexidade, cada caso demandará prazos diferenciados. Nesse processo, os proprietários, de acordo com a lei, têm direito a manifestação.

13 - Um imóvel tombado pode mudar de uso?

Sim. O que será considerado é a harmonia entre a preservação das características do edifício e as adaptações necessárias ao novo uso. Atualmente, inúmeras edificações antigas, cuja função original não mais existe, são readaptadas para uma nova utilização.

14 - Um imóvel tombado ou em processo de tombamento pode ser reformado?

Sim. Toda e qualquer obra, no entanto, deverá ser previamente aprovada pelo órgão que efetuou o tombamento. A aprovação depende do nível de preservação do bem e está sempre vinculada à necessidade de serem mantidas as características que justificaram o tombamento. A maioria dos órgãos de preservação fornece gratuitamente orientação aos interessados em executar obras de conservação, ou restauração em bens tombados.

15 - O custo de uma obra de restauração ou conservação é elevado?

Chamamos restauração as obras executadas em prédios de valor cultural, que tenham como finalidade conservar e revelar seus valores estéticos ou históricos. Uma restauração deve ter caráter excepcional, enquanto que a conservação deve ser uma atividade permanente. Na maioria das vezes, o custo da conservação é semelhante ao de uma obra comum. Quando o imóvel se encontra muito deteriorado, por falta de manutenção, torna-se necessário executar intervenções de maior porte, que encarecem a obra. Outra situação é a dos prédios que contêm materiais, elementos decorativos, ou técnicas construtivas excepcionais. Nesses casos é necessário utilizar mão-de-obra especializada, elevando o custo dos serviços. Contudo, esses exemplares são raros e se constituem, geralmente, em prédios públicos.

18 - O tombamento é a única forma de preservação?

Não. A constituição federal estabelece que é função da união, do estado e dos municípios, com o apoio das comunidades, preservar os bens culturais e naturais brasileiros. Além do tombamento, existem outras formas de preservação. O inventário é a primeira forma para o reconhecimento da importância dos bens culturais e ambientais, por meio do registro de suas

características principais. Os planos diretores também estabelecem formas de preservação do patrimônio, em nível municipal, por intermédio do planejamento urbano. Os municípios devem promover o desenvolvimento das cidades sem a destruição do patrimônio. Podem ainda criar leis específicas que estabeleçam incentivos à preservação.

19 - Como é possível impedir a destruição de um bem que interesse preservar?

Atualmente, pela ação do ministério público, qualquer cidadão pode impedir a destruição ou descaracterização de um bem de interesse cultural ou natural, solicitando apoio ao promotor público local. Ele está instruído a promover a preservação com agilidade, acionando os órgãos responsáveis da união, estado ou município.

(Adaptado da publicação "Tombamento e participação popular" do departamento do patrimônio histórico, do município de São Paulo).

Anexo 02 – Decreto n. 25.140, de 28 de junho de 2004

João Pessoa, terça-feira, 29 de junho de 2004

Delimitação do Centro Histórico de Cajazeiras

DECRETO Nº 25.140, DE 28 DE JUNHO DE 2004

Homologa a Deliberação nº 0044/2003, do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC, Órgão de Orientação Superior do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, declaratória da Delimitação do Centro Histórico Inicial da cidade de Cajazeiras, deste Estado, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 86, Inciso IV, da Constituição do Estado, e atendendo ao disposto no art. 40 do Decreto nº 7.819, de 24 de outubro de 1978, e,

Considerando que o Conselho Deliberativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - CONPEC, ao apreciar proposta de Delimitação do Centro Histórico Inicial da cidade de Cajazeiras, aprovou o traçado que define as áreas de Preservação Rigorosa e Preservação Ambiental daquele município, tendo como objetivo preservar o Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Natural ali existente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Deliberação nº 0044/2003 do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC, de 27 de novembro de 2003, declaratória da Delimitação do Centro Histórico Inicial da cidade de Cajazeiras, deste Estado, indicativo das áreas de Preservação Rigorosa compreendida pelo perímetro que define esta Delimitação: A linha demarcatória do traçado contorna o Açude Grande, seguindo as Ruas Coronel Guimarães, Manuel Mariano, Juvêncio Carneiro, Gemiliano de Souza, Victor Jurema, contornando a quadra do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, através da Rua Barão do Rio Branco, contornando a Praça José Guimarães até a Rua Padre Ibiapina, perfazendo o contorno de todo o Colégio Diocesano, ficando estas áreas sob a jurisdição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP.

Art. 2º - Os seguintes imóveis isolados ficam tombados, para integrarem o Patrimônio Histórico e Cultural do Estado da Paraíba: Cajazeiras Tênis Clube, Praça e Matriz de Nossa Senhora de Fátima, Praça Mãe Aninha, Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Colégio Diocesano, Catedral de Nossa Senhora da Piedade, Palácio Episcopal, Praça Cardeal Arcoverde, Prefeitura Municipal e Praça João da Mata, Seminário de Nossa Senhora da Assunção e o Colégio de Nossa Senhora do Carmo.

Art. 3º - O Mosteiro Cristo Rei, considerado patrimônio ambiental do referido município, deverá ser preservado, inicialmente, através de cadastramento.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 28 de junho de 2004, 116ª da Proclamação da República.



CASSIO CUNHA LIMA
Governador

Anexo 03 – RELAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS TOMBADOS PELO IPHAEP



Estado da Paraíba
Secretaria da Educação e Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do
Estado da Paraíba - IPHAEP
Coordenadoria de Arquitetura e Ecologia
Divisão de Cadastramento e Tombamento

RELAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS TOMBADOS PELO IPHAEP

IMÓVEL/DENOMINAÇÃO
ALAGOA GRANDE
TEATRO SANTA INÊS
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE ALAGOA GRANDE
DELIMITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO INICIAL DA CIDADE DE ALAGOA GRANDE
ALHANDRA
IGREJA MATRIZ DE N.S. DA ASSUNÇÃO
ARARUNA
ANTIGO MERCADO PÚBLICO
IMÓVEL
IMÓVEL
IMÓVEL
IMÓVEL
IMÓVEL
IMÓVEL
IMÓVEL
IMÓVEL
IMÓVEL
IMÓVEL
IMÓVEL
RESIDÊNCIA – “SOLAR DOS TARGINO”
RESIDÊNCIA
IGREJA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO
IGREJA DE STO. ANTONIO (ANTIGA MATRIZ)
AREIA
IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO.
ENGENHO E CASA GRANDE DA VÁRZEA
DELIMITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE AREIA.
MUSEU DA RAPADURA
BAÍA DA TRAIÇÃO
IGREJA DE SÃO MIGUEL

BANANEIRAS
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE BANANEIRAS
DELIMITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE BANANEIRAS
BAYEUX
PONTE SOBRE O RIO SANHAUA
BORBOREMA
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE BORBOREMA
CABEDELO
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CABEDELO
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE JACARÉ
CAJAZEIRAS
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CAJAZEIRAS
DELIMITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO INICIAL DA CIDADE DE CAJAZEIRAS
CAJAZEIRAS TÊNIS CLUBE
PRAÇA E MATRIZ DE N.S. DE FÁTIMA
PRAÇA MÃE ANINHA
COLÉGIO N.S. DE LOURDES
COLÉGIO DIOCESANO
CATEDRAL DE N.S. DA PIEDADE
PALÁCIO EPISCOPAL
PRAÇA CARDEAL ARCOVERDE
PREFEITURA MUNICIPAL
PRAÇA JOÃO DA MATA
SEMINÁRIO DE N.S. DA ASSUNÇÃO
COLÉGIO DE N.S. DO CARMO
CAMPINA GRANDE
SEDE DA UEPB.
CINE CAPITÓLIO
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CAMPINA GRANDE
CONJUNTO DA ÁREA QUE COMPREENDE O AÇUDE VELHO E OS IMÓVEIS DENOMINADOS MUSEU HISTÓRICO, CINE SÃO JOSÉ, CASA INGLESA, CÂMARA MUNICIPAL, SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL E CATEDRAL DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
DELIMITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO INICIAL DE CAMPINA GRANDE
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE GALANTE
CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
DUAS ESTRADAS
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE DUAS ESTRADAS
GUARABIRA
IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA LUZ
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CACHOEIRA DE ANTONIO GUEDES
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE GUARABIRA
INGÁ

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE INGÁ
ITABAIANA
CORETO DE ITABAIANA
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE ITABAIANA
JOÃO PESSOA
CONJ. URBANÍSTICO EDUCACIONAL, COMPOSTO DOS SEGUINTES EDF.: LYCEU PARAIBANO, INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E ESCOLA DE APLICAÇÃO.
BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO.
BALAUSTRADA JOÃO DA MATA.
ETFPB. - CENTRO DE FORMAÇÃO DE CULTURA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORDESTE.
RESIDÊNCIA
NÚCLEO DE REPROGRAFIA DA SEC.
EX-CLÍNICA CARDIOLÓGICA M. PEREIRA DINIZ.
RESIDÊNCIA.
IMÓVEL
RESIDÊNCIA
ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA Pb. -SEDE ADM.
IMÓVEL - RUÍNAS.
ESCOLA 1.º GRAU D. PEDRO II
IMÓVEL
NÚCLEO DE ARTE CONTEMPORÂNEA
FACULDADE DE DIREITO
GRANDE LOJA MAÇÔNICA BRANCA DIAS
SOBRADO COMENDADOR SANTOS COELHO - CASARÃO DOS AZULEJOS
QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO ESTADO DA PARAIBA
CORETO DA PRAÇA VENÂNCIO NEIVA
PALÁCIO DA REDENÇÃO
RESIDÊNCIA
ANTIGO HOTEL GLOBO
RESIDÊNCIA
RESIDÊNCIA
RESIDÊNCIA
RESIDÊNCIA
RESIDÊNCIA
RESIDÊNCIA
PARQUE ARRUDA CÂMARA
CORETO - PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA E OBELISCO.
SOBRADO ONDE RESIDIU O PRESIDENTE JOÃO PESSOA
PALÁCIO EPISCOPAL

ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS
SOBRADO CONSELHEIRO HENRIQUES
RESIDÊNCIA.
CORREIOS E TELÉGRAFOS.
IMÓVEL.
SOBRADO DA FAZENDA RIBAMAR (SÍTIO BOI SÓ) E CAPELA ANEXA
COMANDO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO.
RESIDÊNCIA.
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA - IPHAEP.
PARQUE SOLON DE LUCENA
ÁREA 7,56 HA: PARTE ELEVADA DA PRAIA DA PENHA (IGREJA DE NOSSA SENHORA DA PENHA, CASARIO COM 24 UNIDADES, CEMITÉRIO, POSTO DE SAÚDE, ESCOLA, ÁRVORE OITÍ (MOQUILEA TOMENTOSA CRYSOBALANACE - AE) REMANESCENTE DA MATA ATLÂNTICA)
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DISPÕE SOBRE A DELIMITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA
BASILICA DE N. SRA. DAS NEVES
IGREJA DE N. SRA. DO ROSÁRIO
IGREJA DE N. SRA. DO CARMO
IGREJA DE SÃO FREI PEDRO GONÇALVES
ACADEMIA DE COMÉRCIO EPITÁCIO PESSOA
TEATRO SANTA ROZA
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE JOÃO PESSOA
IGREJA DE SANTA TEREZINHA
IMÓVEL ONDE RESIDIU ANAYDE DE AZEVEDO BEIRIZ
MAUSOLÉU DO EX-INTERVENTOR DA PARAÍBA ANTHENOR NAVARRO
GRUPO ESCOLAR THOMAZ MINDELLO
CONJUNTO ARQUITETÔNICO: IGREJA DE SÃO VICENTE DE PAULO E CASA SEDE DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO
ANTIGO ENGENHO PAUL QUE ABRIGA UM COMPLEXO ARQUITETÔNICO DE CASA GRANDE E BANGUÊ
TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO INICIAL DE JOÃO PESSOA
IMÓVEL 1090 DA AV EPITÁCIO PESSOA
GRANJA SANTANA
LUCENA
IGREJA DE NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO
MAMANGUAPE
DELIMITAÇÃO CENTRO HISTÓRICO DE MAMANGUAPE

CIDADE DE MAMANGUAPE.
MARÍ
ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE MARI
PATOS
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PATOS
PEDRAS DE FOGO
IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
CASARÃO DOS PEREIRA GOMES
PILAR
DELIMITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE PILAR.
ENGENHO CORREDOR, CASA DE PURGAR, CASA GRANDE, ENGENHO, CASA DE MORADOR E DEPÓSITO.
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PILAR
PIRPIRITUBA
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PIRPIRITUBA
POMBAL
DELIMITAÇÃO CENTRO HISTÓRICO DE POMBAL
IGREJA DE N. SRA.. DO ROSÁRIO E CRUZEIRO DO ADRO
ANTIGA CADEIA PÚBLICA
IGREJA MATRIZ N. SRA. DO BOM SUCESSO
SOBRADO DE AVELINO DE ASSIS
COLUNA DA HORA E PÇ. GETÚLIO VARGAS
CORETO E PÇ. JOSÉ FERREIRA QUEIROGA
SEDE DA SOCIEDADE ARTÍSTICA OPERÁRIA BENEFICENTE
ESCOLA ESTADUAL JOÃO DA MATA
ESCOLA ESTADUAL 08 DE JULHO
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE POMBAL
PRINCESA ISABEL
DELIMITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE PRINCESA ISABEL
IMÓVEL
IMÓVEL
IMÓVEL
REMÍGIO
RESIDÊNCIA
DELIMITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE REMÍGIO
RIO TINTO
IGREJA DE N. S. DOS PRAZERES
SANTA RITA
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SANTA RITA

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
SÃO JOÃO DO CARIRI
DELIMITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO INICIAL DA CIDADE DE SÃO JOÃO DO CARIRI
SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE S. JOAO DO RIO DO PEIXE
DELIMITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE S. JOÃO DO RIO DO PEIXE
SAPÉ
ÁREA ONDE ESTÃO SITUADOS A CASA ONDE VIVEU O POETA AUGUSTO DOS ANJOS, AS RUÍNAS DA CASA DA AMA DE LEITE GUILHERMINA, A CAPELA DE S. FRANCISCO, O TAMARINEIRO E ANTIGA LAGOA DO ENGENHO PAU D'ARCO - NA USINA SANTA HELENA
SERRARIA
CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO ENGENHO BAIXA VERDE
SOLÂNEA
SANTUÁRIO DE SANTA FÉ (CAPELA, CEMITÉRIO, TUMULO DO REV. PE. JOSÉ ANT. DE MARIA IBIAPINA, CASA DOS MILAGRES, CONVENTO, E ANTIGA CASA DE CARIDADE)
SOUSA
IGREJA DE N. SRA. DO ROSÁRIO E BENS MÓVEIS
PRAÇA BENTO FREIRE
DELIMITAÇÃO CENTRO HISTÓRICO DE SOUSA
MATRIZ DE N.S. DOS REMÉDIOS
FUNDAÇÃO ANTÔNIO MARIZ
PRAÇA DO BOM JESUS EUCARÍSTICO
COLÉGIO N. S. AUXILIADORA
ÁREA DE 40 HÁ., NA LOCALIDADE PASSAGEM DAS PEDRAS -VALE DOS DINOSSAUROS- BACIA DO RIO DO PEIXE/ SUB-BACIA DE SOUSA
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SOUSA
TAPEROÁ
IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO E O TUMULO EXISTENTE AO LADO DA MESMA, COM ÁREA COBERTA - = 300 M2
TEIXEIRA
ANTIGA CASA DE CÂMARA E CADEIA
UMBUZEIRO
CONJUNTO DE ÁREA DE 277 HÁ., QUE COMPREENDE A ANTIGA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL JOÃO PESSOA, ATUAL ESTAÇÃO DE MONTA, EM CUJO ENTORNO ESTÁ INSERIDOS BENS IMÓVEIS E AMBIENTAIS
IMÓVEL, CASA ONDE NASCEU JOÃO PESSOA, SITUADO NA ANTIGA FAZENDA PROSPERIDADE